



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação

Estudo do Impacto da Implementação da Faturação Eletrónica, na relação entre o Setor Privado e a Administração Pública

João Pedro Batista Ourives

Mestrado em Gestão de Sistemas de Informação

Orientadores(as):

Professora Doutora Ana Maria Dias Simões da Costa Ferreira, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação

Estudo do Impacto da Implementação da Faturação Eletrónica, na relação entre o Setor Privado e a Administração Pública

João Pedro Batista Ourives

Mestrado em Gestão de Sistemas de Informação

Orientadores(as):

Professora Doutora Ana Maria Dias Simões da Costa Ferreira, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2022

Direitos de cópia ou Copyright

©Copyright: João Pedro Batista Ourives.

O Iscte - Instituto Universitário de Lisboa tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedicado ao homem que me tornou o que sou hoje, Pai

e

Às três mulheres da minha vida, Mãe, Irmã e Namorada.

Sem vocês eu não estava aqui e não conseguiria chegar ao fim.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Ana Simões por todo o apoio, conselhos e orientação que a mesma me proporcionou, pois estes foram fundamentais para concluir esta etapa da minha vida.

Agradeço a todos os docentes com quem me cruzei nesta instituição, pois foram eles que me fizeram ganhar uma enorme paixão pela área.

Agradeço a João Pequito, Ana Vitorino, Mariana Leme, Carla Rosário, Alexandra Aldeias e Cláudia Sá por toda a disponibilidade, apoio, interesse e participação neste projeto.

Agradeço a todos os meus familiares que desde muito novo me incentivaram a prosseguir os estudos e a conquistar tudo o que procuro na minha vida.

Agradeço aos meus amigos mais próximos por respeitarem a minha ausência e mostrarem alegria nas minhas conquistas.

Um grande agradecimento à minha namorada Marta Casado que me apoiou, ajudou, acompanhou e motivou em todos os momentos na elaboração desta tese, assim como aos seus pais pela paciência e disponibilidade da sua parte.

Um grande agradecimento ao meu pai António Ourives e irmã Adriana Ourives pelo investimento, confiança, admiração e motivação que me deram.

E por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial à minha mãe Susana Ourives por ter sido um pilar e um exemplo na minha vida, por me ter desafiado o tema deste estudo, por estar lá quando mais precisei e por ter arranjado soluções sempre que encontrei um obstáculo.

A todos aqui mencionados, um grande Obrigado.

Resumo

A Faturação Eletrónica é uma realidade relativamente recente nas organizações em Portugal. À data de hoje, é ainda apenas obrigatória na relação entre o Estado e as empresas. Por esta razão, a experiência e literatura acerca do tema são ainda reduzidas, identificando-se, por isso, uma oportunidade para desenvolver este tema

Este trabalho tem como objetivo identificar o que é a Faturação Eletrónica, quais os seus processos envolvidos na sua implementação e os seus custos, dificuldades e benefícios, especialmente na ótica da Administração Pública, como cliente, e empresas do setor privado, como fornecedores.

Desenvolveu-se um estudo exploratório com a participação de vários utilizadores do sistema de Faturação Eletrónica. Consequentemente, foram utilizados três métodos de recolha de dados: análise documental de artigos e legislação relevante sobre a temática da Faturação Eletrónica; entrevistas semiestruturadas e uma análise detalhada do estudo onde foram sistematizados os resultados deste projeto.

Esta investigação estudo de que forma as empresas estão a usar a Faturação Eletrónica, quais os principais impactos, as vantagens percebidas, e as recomendações para a melhoria do processo. As conclusões apresentadas neste estudo trazem benefícios tanto a nível académico, expandindo o conhecimento disponível sobre o tema, como a nível profissional, deixando pistas para a adoção de melhorias na prática.

Palavras-Chave: Faturação Eletrónica; Plataformas de Faturação; EDI; Assinatura Digital; Administração Pública

Abstract

Electronic Invoicing is a recent reality in organizations in Portugal. As of today, it is still only mandatory in the relationship between the State and companies. For this reason, the experience and literature on the subject are still limited, identifying, therefore, an opportunity to develop this theme.

This work aims to identify what Electronic Invoicing is, what processes are involved in its implementation and its costs, difficulties, and benefits, especially from the point of view of Public Administration, as a customer, and private sector companies, as suppliers.

An exploratory study was carried out with the participation of several users of the Electronic Invoicing system. Consequently, three data collection methods were used: document analysis of articles and relevant legislation on the topic of Electronic Invoicing; semi-structured interviews and a detailed analysis of the study where the results of this project were systematized.

This investigation studies how companies are using Electronic Invoicing, what are the main impacts, perceived advantages, and recommendations for process improvement. The conclusions presented in this study bring benefits both at an academic level, expanding the available knowledge on the subject, and at a professional level, leaving clues for the adoption of improvements in practice.

Keywords: Electronic Invoicing; Invoicing Platforms; EDI; Digital Signature; Public Administration

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice	vii
Índice de Tabelas.....	ix
Glossário de Abreviaturas e Siglas	xi
Capítulo 1 -Introdução.....	1
1.1. Enquadramento do tema.....	1
1.2. Motivação e relevância do tema.....	1
1.3. Questões e objetivos de investigação	3
1.4. Abordagem metodológica	3
1.5. Estrutura e organização do Projeto.....	4
Capítulo 2 – Enquadramento Teórico.....	5
2.1 Faturação Eletrónica.....	5
2.1.1 Faturação Eletrónica na Administração Pública.....	5
2.1.2 Faturação Eletrónica nos Contratos Públicos	6
2.1.3 Prazos para a implementação da Faturação Eletrónica	7
2.1.4 O que é uma Fatura Eletrónica?	8
2.1.5 Como Funciona a Fatura Eletrónica?	11
2.2 Electronic Data Interchange (EDI).....	12
2.2.1 O que é Electronic Data Interchange (EDI).....	12
2.2.2 Qual a diferença entre transações eletrónicas (EDI) e faturação eletrónica (EDI)?	13
2.2.3 O que é uma fatura eletrónica por EDI?	13
2.2.4 O que não é uma fatura eletrónica enviada por EDI?.....	13
2.3 Assinatura Eletrónica	14
2.3.1 O que é Assinatura Eletrónica	14
2.3.2 Tipos de Assinaturas Eletrónicas.....	15
2.3.3 O que traz de novo o selo e a assinatura eletrónica qualificada?.....	16
2.4 Quais as Vantagens da Faturação Eletrónica?.....	16
2.5 Benefícios para o Emissor e Recetor	17
2.6 Desvantagens da Faturação Eletrónica.....	19

2.7	Custos	20
Capítulo 3 - Desenho de investigação		21
3.1	Metodologia e tipos de Pesquisa Adotados	21
3.2	Pesquisa Qualitativa	22
3.3	Entrevistas	22
3.4	Pesquisa Exploratória	23
3.5	Amostra	25
3.6	Procedimento.....	26
3.7	Métodos e Técnicas de Análise de Dados	26
3.8	Objetivos da Investigação	28
3.9	Proposições de Investigação.....	28
Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos dados		30
4.1	Implementação e utilização da Faturação Eletrónica	30
4.1.1	Faturação Eletrónica na empresa.....	30
4.1.2	Processo de implementação.....	32
4.2	Impactos da Faturação Eletrónica	35
4.2.1	Desvantagens da Faturação Eletrónica	35
4.2.2	Vantagens da Faturação Eletrónica	37
4.2.3	Opiniões pessoais	39
4.3	Síntese e Validação das Proposições de Investigação	40
4.3.1	Síntese	40
4.3.2	Validação das Proposições de investigação	42
4.3.3	Conclusão das Proposições.....	44
Capítulo 5 - Conclusões.....		45
5.1	Principais conclusões	45
5.2	Contributos para a comunidade científica e empresarial.....	47
5.3	Limitações do estudo.....	47
5.4	Propostas de investigação futura	48
Referencias Bibliográficas		49

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Otimizações na ótica do emissor (adaptado de (Koch, 2014)).....	18
Tabela 2 - Otimizações na ótica do recetor (adaptado de (Koch, 2014))	19
Tabela 3 - Quadro resumo das entrevistas exploratórias (Fonte: Própria, 2022)	25
Tabela 4 - Categorias e Subcategorias da Análise de Conteúdo (Fonte: Própria, 2022).....	27
Tabela 5 - Proposições de Investigação (Fonte: Própria, 2022)	29
Tabela 6 - Conclusão das proposições de Investigação (Fonte: Própria, 2022)	44

Glossário de Abreviaturas e Siglas

AP – Administração Pública

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

B2B –Business to Business

B2G – Business to Government

CEN - Comitê Europeu de Normalização

CCP - Código de Contratos Públicos

CEN - Comité Europeu de Normalização

EDI - Electronic Data Interchange

eIDAS - Electronic Identification and Trust Services

eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

FE - Faturação Eletrónica

FE-AP - Faturação Eletrónica na Administração Pública

PME - Pequena e Média Empresa

UE - União Europeia

YET - Your Electronic Transaction

OCR - Optical Character Recognition

SES - Assinaturas Eletrónicas Simples

AES - Assinaturas Eletrónicas Avançadas

QES - Assinaturas Eletrónicas Qualificadas

ACEPI - Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa

Capítulo 1 -Introdução

1.1. Enquadramento do tema

De acordo com o Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018, (alterado pelo Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril, 2020), a implementação da faturação eletrónica (FE) é considerada como um processo de transformação digital, processual e funcional, através da normalização, otimização e automatização dos processos do ciclo da despesa e do ciclo da receita. Isso facilita a racionalização e a fiscalização dos procedimentos entre as entidades públicas e entidades do setor privados, reduzindo assim os prazos de pagamento, os custos operacionais e de transação, garantindo maior confiabilidade e transparência de todas as atividades do processo.

O ano de 2022 será marcado pela continuidade de um percurso já anteriormente iniciado para a implementação da faturação eletrónica, no âmbito dos contratos públicos. Este processo obrigatório tem desempenhado um papel importante na simplificação da comunicação entre o Estado e seus fornecedores. Após iniciada a sua implementação em 2021, através do transcrito nos Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018; Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril, 2020 e Decreto-Lei nº 104/2021 de 27 de novembro, 2021, as grandes empresas fornecedoras do estado e as restantes organizações deveriam adotar esta mudança no ano de 2022. Porém, como resposta ao atual contexto de pandemia, o Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022, aplica um novo adiamento das datas de implementação. A última fase está planeada para o início de 2023.

1.2. Motivação e relevância do tema

A escolha deste tema advém do facto do autor ser um profissional na área de Contabilidade, e o mesmo antevê uma possibilidade de mudança nas empresas em Portugal especialmente nas relações do setor privado com o setor público. Surge aqui uma oportunidade do mesmo compreender, entender e explicar como funciona atualmente a Faturação Eletrónica na relação da Administração Pública com os seus fornecedores.

Sendo apenas obrigatória a utilização da Faturação Eletrónica nos contratos públicos, as empresas têm à sua disposição uma ferramenta que poderá, ou não, possibilitar melhorias a nível de gestão de sistemas de informação ou até mesmo a nível da contabilidade, e será esse o âmbito do trabalho, a Faturação Eletrónica entre empresas do setor privado com o setor publico. A realização deste trabalho exploratório advém também da recente existência do processo.

Desde 2020 que existem novidades legislativas ao nível da faturação eletrónica, o Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro, 2019 agrega as regras de faturação e outros documentos fiscalmente importantes e estipula as condições para que as faturas sejam emitidas e conservadas de forma digital. Em 2021, devido à pandemia COVID-19, os prazos de implementação da faturação eletrónica, assinatura digital e outros documentos relacionados foram ampliados de acordo com o Decreto-Lei nº 104/2021, de 27 de novembro, 2021.

O Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018 estabeleceu as normas de emissão e receção de faturas eletrónicas em Portugal, assim como o modelo de implementação da faturação eletrónica, que se realizava inicialmente até janeiro de 2021. Com a publicação do

O Despacho 49/2022-XXIII, 2022, o Governo dilatou os prazos. Assim, as faturas eletrónicas são obrigatórias a partir de 1 de janeiro de 2023, sendo que as faturas em formato PDF são consideradas aceites para efeitos fiscais até 31 de dezembro de 2022.

Tendo em consideração Despacho 49/2022-XXIII, 2022 e o Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022, as faturas em PDF são faturas aceites para todos os efeitos previstos na legislação fiscal, até 31 de dezembro de 2022. Portanto, o próximo patamar no processo de faturação entre as empresas via digital (uma vez que as faturas em PDF vão deixar de ser uma opção viável), será a faturação eletrónica, posto isto o âmbito deste trabalho é estudar como está a ser implementado este processo e quais as consequências quer para a AP, quer para os seus fornecedores.

1.3. Questões e objetivos de investigação

Com a corrente era da digitalização, foi criado um mecanismo que permite às organizações emitir e receber faturas digitalmente, a chamada “faturação eletrónica”, este mecanismo apesar de recente, já se encontra em funcionamento entre fornecedores do setor privado e a AP como mencionado no ponto anterior. Este projeto surge com o intuito de compreender quais as maiores alterações que irão acontecer nas empresas no âmbito da nova faturação eletrónica, por isso as questões/problemas de investigação serão os seguintes:

- Como está a ser implementado o processo de faturação eletrónica entre as entidades privadas e a Administração Pública?
- Quais os principais impactos da implementação da faturação eletrónica nas organizações envolvidas?

A função de pesquisa irá consistir em compreender e esclarecer de que forma a implementação e a utilização da Faturação Eletrónica está a influenciar os negócios das empresas na relação entre o setor privado fornecedor e a AP cliente.

Os objetivos do trabalho de investigação para responder às questões de investigação são os seguintes:

- 1 Identificar o que é a faturação eletrónica;
- 2 Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado;
- 3 Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- 4 Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado.

1.4. Abordagem metodológica

Partindo de uma metodologia qualitativa, este trabalho procura, na visão da Administração Pública e dos seus fornecedores, o que é crítico na faturação eletrónica e quais são as dificuldades com que se têm confrontado. Isto, através de entrevistas semiestruturadas a duas entidades do setor privado e duas da AP que trabalhem diretamente ou estejam em processo de implementação de um sistema de faturação eletrónica.

Para estas entrevistas serem devidamente realizadas, foi necessário ser feito uma análise e um estudo baseado na revisão da literatura. Posteriormente a isso, e através da junção da análise bibliográfica e os dados recolhidos da entrevista, foi possível chegar a conclusões que permitiram responder às questões de investigação.

Fundamentalmente, o principal objetivo deste estudo será perceber como está a ser efetuada a implementação da faturação eletrónica e quais os principais impactos com a implementação da mesma.

É expectável que com os dados obtidos, se possa compreender quais são os principais entraves da implementação e utilização da FE e quais os benefícios que a AP aproveita com este mecanismo na receção das faturas ou quais os benefícios do Setor Privado ao enviar faturas com este mecanismo.

Espera-se que os resultados possam inspirar diversas entidades a adotar mais facilmente o mecanismo de faturação eletrónica, permitindo a desmaterialização dos documentos em papel.

1.5. Estrutura e organização do Projeto

O presente projeto está organizado em cinco capítulos que ilustram várias fases até à sua conclusão.

O primeiro capítulo recai sobre a introdução do tema da investigação, a questão de partida e os objetivos do projeto, bem como uma breve descrição da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo, designado por Enquadra Teórico, faz uma revisão da literatura de todo o tema.

O terceiro capítulo é inteiramente dedicado à Metodologia que foi utilizada desde o processo de recolha até ao tratamento dos dados, bem como os métodos de análise utilizados.

O quarto capítulo irá apresentar uma análise detalhada dos resultados obtidos, de acordo com o ponto anterior.

Por último, no quinto e último capítulo apresentam-se as conclusões deste estudo bem como as recomendações, limitações e trabalhos futuros.

Terminando, segue-se a bibliografia, terminando com os apêndices e anexos.

Capítulo 2 – Enquadramento Teórico

2.1 Faturação Eletrónica

2.1.1 Faturação Eletrónica na Administração Pública

O programa que permite a introdução da fatura eletrónica na administração pública (FE-AP) teve por base a Diretiva nº 2014/55/UE, de 16 de abril, 2014, esta relata fundamentalmente a faturação eletrónica nos contratos públicos desde a sua emissão, transmissão, receção e processamento em formato digital de faturas de acordo com formatos e regras definidas pela Comissão Europeia. Sendo assim, as Entidades Públicas são obrigadas a implementar o processo de Faturação Eletrónica, para poderem receber e processar faturas eletrónicas.

Segundo o Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018 (alterado Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril, 2020) no caso de contratos públicos, devem também ser utilizadas faturas eletrónicas de fornecedores a entidades públicas. As empresas devem dispor de um sistema de faturação eletrónica para qualquer entidade pública nos termos exigidos por lei, consoante a dimensão e âmbito do negócio.

O relatório relativo à proposta de Orçamento do Estado para 2019 atribuiu uma dimensão estratégica à implementação da FE na Administração Pública, assumindo-a como um programa de transformação digital assente na otimização, normalização e automatização processual dos ciclos de receita e de despesa, nas vertentes procedimental, administrativa, contabilística e de interoperabilidade, possibilitando assim, a Reforma da Gestão da Tesouraria Pública aconselhada pela nova Lei de Enquadramento Orçamental (eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, 2022). A Portaria nº 289/2019, de 5 de setembro, 2019, regulamenta todos os aspetos complementares da FE e sistematiza o modelo de governação confiado à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.

Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018, veio iniciar a definição de um modelo de governação para a implementação da fatura eletrónica na contratação pública e permitir que as Entidades de Serviços Partilhados das Administrações Públicas (eSPap) emitam requisitos técnicos e funcionais de suporte à implementação da fatura eletrónica, desenvolvendo ferramentas de apoio às entidades abrangidas e fornecimento de soluções de faturação eletrónica.

Assim, a ESPAP, desenvolveu um projeto com três entidades piloto, que permite avaliar inúmeras vantagens associadas à faturação eletrónica, nomeadamente as vantagens de interoperabilidade administrativa, processual e interna, e através da integração no modelo global, melhora as perspetivas de tesouraria. (Diário da República, 2018)

A solução FE-AP disponibilizada pela eSPap permite o processamento, transmissão e receção de documentos de faturação, totalmente em formato eletrónico, subjacentes à relação comercial estabelecida entre contraentes públicos, no âmbito da execução de contratos públicos (eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, 2022).

Os fornecedores de entidades públicas devem também utilizar faturas eletrónicas para contratação pública. De facto, em Portugal, o Código dos Contratos Públicos (CCP) define a obrigação legal de fornecimento de bens e serviços a entidades públicas através de fatura eletrónica. Ou seja, qualquer empresa nacional que tenha uma relação comercial com o Estado português ou com uma entidade pública deve emitir, enviar e receber faturas em formato eletrónico estruturado. (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, 2008)

2.1.2 Faturação Eletrónica nos Contratos Públicos

A faturação eletrónica foi implementada nos contratos públicos para grandes empresas, mas a obrigatoriedade da implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos para as pequenas e médias empresas e pequenos negócios foi adiada para 1 de janeiro de 2023, esta prorrogação permite também que entidades públicas como empresas contratantes cooperativas tenham mais tempo de atualizar seus sistemas. A escala deve ser uma transformação digital, de software e funcional baseada na padronização, otimização e automação dos procedimentos do ciclo de custos e receitas, que reduzirá os prazos de pagamento, custos operacionais e de transação e garantirá maior confiabilidade de todas as atividades do processo. Para atingir este objetivo nacional, o governo tem introduzido gradualmente o sistema de fatura eletrónica para que os diferentes intervenientes, ou seja, pequenas, médias e microempresas, possam garantir a boa gestão das mudanças relacionadas com este. (Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022)

Atualmente, está em curso uma transição para a faturação eletrónica no Estado Português, sendo já obrigatória para alguns tipos de entidades. De acordo com os novos prazos estipulados no Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022, os fornecedores da Administração Pública (cocontratantes ao abrigo do CCP) são obrigados a emitir faturas eletrónicas, a partir de:

- 01 de janeiro de 2021 – para as grandes empresas;
- 31 de dezembro de 2022 – para as micro, pequenas e médias empresas, assim como para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.

No que diz respeito à adoção de plataformas de faturação eletrónica por parte das entidades públicas, segundo os Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, 2018 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, 2020) para poderem processar e receber faturas eletrónicas foram definidos dois prazos de implementação:

A partir de 18 de abril de 2019, os serviços da Administração Direta do Estado e os Institutos Públicos terão de receber e enviar faturas eletrónicas através da plataforma disponibilizada pela ESPAP.

A receção e envio de faturas eletrónicas é obrigatória para todas as outras entidades públicas a partir de 18 de abril de 2020, sendo que estas entidades têm autonomia para escolher o sistema de faturação eletrónica. Refira-se que as regiões autónomas, autarquias locais (incluindo juntas de freguesia), unidades administrativas autónomas, bancos portugueses, fundações e assembleias públicas, etc.

Em Portugal, Código Dos Contratos Públicos (CCP), 2008) estabelece a obrigação legal de utilização de faturas eletrónicas (E-Invoicing) para o fornecimento de bens e serviços a entidades públicas. Ou seja, qualquer empresa nacional que tenha uma relação comercial com o Estado português ou com uma entidade pública deve enviar, transmitir e receber faturas em formato eletrónico estruturado. Mais do que apenas faturas digitais.

As faturas eletrónicas não são apenas faturas em formato digital. De acordo com as regras estabelecidas pelo Comitê Europeu de Normalização (CEN), além de respeitar uma estrutura regulatória rígida, as faturas eletrónicas devem ser emitidas e enviadas por meio de software especializado e certificado, limitando a sua jornada digital à distância entre o sistema de faturação do fornecedor. e o sistema de gestão do cliente (European Committee for Standardization, 2022).

2.1.3 Prazos para a implementação da Faturação Eletrónica

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril), foi definido o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos. O calendário de adoção foi estabelecido de acordo com a dimensão e natureza das Entidades Públicas e Operadores Económicos que devem ser incorporados no novo sistema de faturação.

De acordo com o Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022, as pequenas e médias empresas e entidades públicas cocontratantes devem obrigatoriamente aderir às faturas eletrónicas na realização de contratos públicos a partir de 31 de dezembro de 2022. Esta obrigação tem desempenhado um papel essencial, permitindo simplificar a comunicação entre o Estado e os seus fornecedores.

Após o início da implementação da Faturação Eletrónica em 2021, iniciado pelas grandes organizações fornecedoras do Estado, outras organizações deveriam ter adotado também a mudança em 2022. No entanto, em resposta ao fenómeno da pandemia, a data de implementação foi novamente adiada, e agora, a fase final está prevista para o início de 2023.

Este adiamento possibilitará às empresas ganhar mais tempo para se prepararem para esta nova obrigação e conseqüentemente, adquirirem, atempadamente, um sistema de faturação eletrónica que responda a esta obrigatoriedade.

Em síntese, e de acordo com a publicação do Decreto-Lei nº 104/2021, de 27 de novembro, 2021; e o Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022 os prazos para a obrigatoriedade da faturação eletrónica são aplicados:

- Às grandes empresas desde o dia 1 de janeiro de 2021,
- Às pequenas e médias empresas até 31 de dezembro de 2022,
- Às microempresas até 31 de dezembro de 2022.

2.1.4 O que é uma Fatura Eletrónica?

A fatura eletrónica é bastante semelhante à fatura física (em papel), no entanto, tem a particularidade de ter um formato eletrónico, ou seja, desmaterializada (Cardoso & Coentro, 2012)). É um documento emitido por um software de faturação certificado, que associa uma assinatura digital qualificada, assegurando a autenticidade da emissão e dos dados inseridos. A Fatura Eletrónica tem o mesmo valor de uma fatura física, desde que contenha os elementos obrigatórios para qualquer documento desta natureza, assim como os requisitos exigidos pela lei, de forma a garantir a integridade dos seus dados, e autenticidade da origem do documento (GS1 Portugal-CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos, 2006)

Todo o processo da faturação eletrônica é digital: todas as faturas são geradas, enviadas, recebidas e arquivadas digitalmente. O objetivo das faturas eletrônicas é simplificar os procedimentos associados à emissão destes documentos e combater a evasão fiscal. No entanto de acordo com a Diretiva nº 2014/55/UE, de 16 de abril, 2014, a fatura eletrónica é um documento "emitido, transmitido e recebido num formato eletrónico estruturado que permite o seu processamento automático e eletrónico, isso significa que se você emitir, imprimir e enviar por e-mail uma fatura para um cliente, ela não será uma fatura eletrônica. Para ser considerada uma fatura eletrônica, ela deve conter uma assinatura digital qualificada e informações fiscais preenchidas de acordo com um formulário europeu pré-determinado."

Segundo a Diretiva nº 2014/55/UE, de 16 de abril, 2014 as empresas devem enviar as suas faturas eletrônicas diretamente aos seus clientes, como as faturas eletrónicas são emitidas usando programas certificados, a Autoridade Tributária (AT) tem acesso direto a esses documentos fiscais, que devem ser mantidos em perfeitas condições por dez anos

Desde o início de 2019 que a fatura eletrónica é obrigatória para todas as empresas que estejam abrangidas por contratos públicos, assim como para as entidades públicas (organismos da administração direta do Estado e institutos públicos) ((Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018 (alterado pelo Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril, 2020).

Desde 2020, a fatura eletrónica de acordo com o Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril, 2020) e o Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022 é obrigatória para:

- Empresas com volume de negócios superior a 50 mil euros no ano anterior (desde janeiro de 2020);
- Grandes empresas, com mais de 250 empregados (desde abril de 2020);
- Organismos públicos regionais e locais - fundações públicas; administração local, incluindo juntas de freguesia; associações públicas e outras entidades públicas (desde abril de 2020);
- Micro, pequenas e médias empresas (desde 31 de dezembro de 2022).

A legislação nacional e europeia prevê ainda uma exceção: nos contratos declarados secretos ou acompanhados de medidas especiais de segurança.

Como foi dito anteriormente, para substituir a tradicional fatura em papel e para ser aceite como um documento fiscal válido, a FE para os clientes AP, deve respeitar certos requisitos da legislação vigente em cada país. No caso de Portugal segundo o Decreto-Lei nº 196/2007, de 15 de maio, 2007 (revogado pelo Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro, 2019) os requisitos enumeram-se de seguida:

1. **Conteúdo** – De acordo com o código do IVA, os elementos obrigatórios numa fatura em papel, são os mesmos que devem constar numa FE e estes são de acordo com n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 de agosto, 2012
 - Número de identificação fiscal do emitente;
 - Número da fatura;
 - Data de emissão;
 - Tipo de documento;
 - Número de identificação fiscal do adquirente que seja sujeito passivo de IVA, quando tenha sido inserido no ato de emissão;
 - Número de identificação fiscal do adquirente que não seja sujeito passivo de IVA, quando este solicite a sua inserção no ato de emissão;
 - Valor tributável da prestação de serviços ou da transmissão de bens;
 - Taxas aplicáveis;
 - O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se aplicável;
 - Montante de Iva liquidado.
2. **Assinatura eletrónica qualificada** – identifica de forma inequívoca o autor do documento, garante a integridade do conteúdo e o não repúdio (Cardoso & Coentro, 2012).
3. **Arquivo Digital** – Tal como nas faturas em papel, é obrigatório o arquivo das FE. Este arquivo pode ser efetuado em suporte eletrónico, desde que garantido o acesso online às entidades competentes assim como a integridade e origem do seu conteúdo. Este tipo de arquivo pode ser efetuado em território comunitário contrariamente às faturas físicas, que apenas podem ser arquivadas em território nacional. O intervalo de tempo estipulado para o armazenamento do arquivo eletrónico é determinado por cada Estado Membro, no caso nacional o arquivo das FE deve ser mantido por 10 anos (Cardoso & Coentro, 2012).
4. **Mapas recapitulativos** – Independente de ser uma fatura eletrónica, os mapas recapitulativos devem ser mantidos em suporte de papel. Estes representam o resumo dos documentos emitidos por cada período de tributação, quer sejam FE, quer sejam documentos auxiliares à fatura (débito ou créditos). Os mapas recapitulativos devem conter todos os dados básicos do cabeçalho da fatura, assim como o seu estado (pendente, em erro, aceite, entre outros) (Cardoso & Coentro, 2012).

5. **Software** – Para a implementação de um projeto de FE, os parceiros comerciais envolvidos devem possuir um sistema que lhes permita criar, enviar e receber os documentos eletrónicos. Recentemente, na legislação portuguesa foi introduzida uma diretiva no código do IRC, que exige a certificação de um qualquer programa de faturação para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 125.000 €(Confederação Empresarial de Portugal, 2012; Cardoso & Coentro, 2012).

2.1.5 Como Funciona a Fatura Eletrónica?

Uma vez que a fatura é um documento que representa uma liquidação a efetuar, a Fatura Eletrónica quando substitui a fatura material, deve obedecer a alguns requisitos de segurança de forma a evitar qualquer tipo de manipulação ou alteração (Cardoso & Coentro, 2012).

- Garantia da autenticidade do documento (emissor e recetor);
- Garantia do não repúdio da mensagem (emissor e recetor);
- Confidencialidade;
- Integridade;
- Validação cronológica.

A autenticidade passa a ser assim neste contexto um critério fulcral, que visa a identificação inequívoca das entidades envolvidas na troca de documentos. Esta pode ser garantida através da utilização de assinaturas digitais. A própria utilização do EDI que é precedido de um acordo contratual acarreta, também, uma garantia segura das mensagens a transmitir (GS1 Portugal-CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos, 2006; Silva, 2003).

Com um software de faturação certificado, é possível enviar faturas eletrónicas da mesma forma que as faturas tradicionais. A diferença está na assinatura digital qualificada, que possui a mesma validade que a fatura em papel, mas confirma a autenticidade deste documento fiscal. (Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, 2017).

As assinaturas digitais usam certificados emitidos por entidades confiáveis e isso garante a integridade dos dados da fatura. De acordo com as normas vigentes, o certificado tem de ser contratado diretamente pelo utilizador, pois não é mais de responsabilidade do programa de faturação a sua contratação. (Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, 2017)

2.2 Electronic Data Interchange (EDI)

2.2.1 O que é Electronic Data Interchange (EDI)

Electronic Data Interchange (EDI), em português significa intercâmbio eletrónico de dados, ou seja, uma troca estruturada de informação que utiliza uma rede de dados.

EDI é uma forma de comércio eletrónico, que determina as comunicações entre parceiros de negócio, permitindo a troca de documentos comerciais de uma forma eletrónica entre intervenientes com sistemas/aplicações diferentes. Estes sistemas inter-organizacionais, que se baseiam na computação de telecomunicações são usados com o objetivo de partilha de dados e de informações (Ganho, 2018).

No caso das transações de documentos comerciais como as faturas o sistema EDI permite que sejam transacionadas de forma eletrónica os dados respetivos de cada documento bem como qualquer alteração de estados dos respetivos. (ARTSOFT, 2021)

Segundo, (Ganho, 2018)., numa relação entre o cliente e fornecedor, o EDI é uma rede de acesso direto aos fornecedores de um cliente e aos clientes de um fornecedor. Interligando diferentes sistemas de informação dos vários intervenientes, independentemente dos seus procedimentos internos ou sistemas utilizados.

A utilização de EDI reduz significativamente o tempo de resposta para concretizar vários negócios, entradas de dados em erro, custos de inventários e acima de tudo, os custos operacionais (Ganho, 2018).

Na prática, a transmissão de dados possibilita que o fornecedor envie um documento através do seu sistema e que este seja integrado automaticamente no sistema do recetor (cliente) como uma compra. (Carneiro, 2022)

Para que a integração ocorra, é necessário respeitar uma estrutura de representação do documento e, além disso, codificar o conteúdo de cada campo, para que o sistema recetor possa decodificar os dados. (Carneiro, 2022)

O Estado Português decidiu implementar a faturação eletrónica EDI nos contratos públicos e, para isso, atribuiu à eSPap, através do Decreto-Lei nº123/2018, de 28 de dezembro, a responsabilidade de desenvolver uma plataforma de faturação eletrónica que junte as entidades estatais (como clientes) e os fornecedores que lhes pretendam emitir faturas e outros documentos fiscalmente relevantes (Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, 2018) .

2.2.2 Qual a diferença entre transações eletrónicas (EDI) e faturação eletrónica (EDI)?

A transação eletrónica (EDI) é uma solução completa para o envio e para a receção de documentos comerciais num formato estruturado. Com uma solução de transações eletrónicas a empresa pode transacionar um conjunto de documentos comerciais por meio do EDI, podendo não só emitir, mas também receber. (ARTSOFT, 2021)

A faturação eletrónica (EDI) é uma solução mais simplificada, onde, por norma, permite apenas o envio das faturas através do operador EDI. Esta poderá ser uma solução viável para microempresas ou pequenas e médias empresas que emitam poucas faturas por ano e/ou que sejam obrigadas por lei a adotar a Faturação Eletrónica para prestarem serviços com contratos públicos à Administração Pública. (ARTSOFT, 2021)

2.2.3 O que é uma fatura eletrónica por EDI?

- **Na Contratação Pública (B2G)**

Uma fatura é considerada uma fatura eletrónica quando foi criada, enviada e recebida num formato eletrónico estruturado que permite o seu processamento automático e eletrónico, em conformidade com a Diretiva nº 2014/55/UE, de 16 de abril, 2014, relativo à faturação eletrónica nos contratos públicos.

A faturação eletrónica exige que os dados sejam criados com uma estrutura correta, definida por um modelo padrão europeu, e, posteriormente deve ser enviada pelo sistema do vendedor para o do comprador. Assim, a fatura pode ser importada automaticamente para o sistema da entidade pública, sem necessidade de inserção manual (Diretiva nº 2014/55/UE, de 16 de abril, 2014).

- **Nas Entidades Privadas (B2B)**

A Fatura Eletrónica por EDI nas Entidades Privadas é regida pela Diretiva 2010/45/UE, que define explicitamente as regras para que se garanta a autenticidade da origem e da integridade do conteúdo numa fatura, permite ainda que a fatura seja apresentada de forma estruturada para uma fácil interpretação por parte do software do comprador. Este formato estruturado é realmente uma grande mais-valia para a fatura eletrónica enviada por EDI (Diretiva nº 2010/45/UE, de 13 de julho, 2010)

2.2.4 O que não é uma fatura eletrónica enviada por EDI?

De acordo com Diretiva nº 2010/45/UE, de 13 de julho, 2010 e Diretiva nº 2014/55/UE, de 16 de abril, 2014 estes são exemplos do que não são faturas eletrónicas via EDI:

- Faturas em papel digitalizadas;
- Documentos comerciais como Faturas que não sigam o modelo standard de fatura aprovado pela Comissão Europeia, independentemente da forma como são enviadas para o cliente;
- Faturas não-estruturadas emitidas em PDF ou Word, em HTML, numa página web ou num e-mail (por não-estruturadas entende-se que não cumprem o modelo standard europeu);
- Faturas que não tenham um Operador de EDI a servir de intermediário na comunicação do documento comercial;
- As Faturas Digitais, que tenham o Selo Eletrónico Qualificado (Assinatura Digital Qualificada);
- Imagens de faturas em formato .jpg, .png ou outros.

2.3 Assinatura Eletrónica

2.3.1 O que é Assinatura Eletrónica

A assinatura eletrónica qualificada, ou o selo eletrónico qualificado, surgiram a propósito do Decreto-Lei n.º 28/2019, que obriga todas as faturas e demais documentos fiscalmente relevantes, quando emitidos por via eletrónica, tenham no documento forma de garantir a autenticidade de origem e a integridade de conteúdo. (Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro, 2019)

Assim, as empresas que optem pela Faturação Eletrónica são obrigadas a incluir:

- Uma assinatura eletrónica qualificada nos termos legais (que conterà informação da pessoa que está a assinar o documento);
- Um selo eletrónico qualificado, nos termos do Regulamento (UE) Nº 910/2014 Do Parlamento Europeu e Do Conselho, 2014 (que conterà informação encriptada com a identificação da empresa);
- O uso de um sistema de intercâmbio eletrónico de dados, desde que os emissores e recetores celebrem um acordo onde conste as condições jurídicas do «Acordo tipo EDI europeu», aprovado pela Recomendação Da Comissão, de 19 de outubro de 1994 Relativa Aos Aspetos Jurídicos Da Transferência Eletrónica de Dados, 1994.

É importante mencionar que embora a Assinatura Eletrónica Qualificada e o Selo Eletrónico Qualificado, sejam duas coisas diferentes, cumprem o mesmo propósito de autenticação. Assim, basta que a empresa obtenha um único serviço de assinatura eletrónica qualificada, que já incluirá o selo eletrónico. (ARTSOFT, 2022)

A assinatura digital resulta da aplicação de algoritmos matemáticos, a partir do conteúdo do documento em questão e da chave privada do emissor, desse mesmo documento, garantindo a integridade do documento e a identidade do autor. A mensagem apenas pode ser encriptada com a chave privada e só pode ser descriptada com a chave pública (Almeida, 2009; UMIC, 2011).

A utilização da assinatura digital na Faturação Eletrónica aumenta bastante o seu valor de autenticidade. Esta técnica apresenta uma contramedida real, e uma solução de segurança visando a proteção de potenciais ameaças envolventes. A assinatura eletrónica avançada consiste no uso de duas chaves assimétricas e interdependentes, uma pública e outra privada, derivadas de códigos de segurança. Como o nome sugere, a chave pública, é conhecida por todos e identifica o emissor de um documento. A privada, por sua vez, só é conhecida e mantida pelo proprietário, não podendo ser comunicada ou partilhada com qualquer outro interveniente. Embora estas duas chaves sejam determinadas e comprovadas matematicamente é praticamente impossível calcular a chave privada a partir da chave pública (Almeida, 2009; UMIC, 2011).

2.3.2 Tipos de Assinaturas Eletrónicas

Existem três tipos de assinaturas eletrónicas:

- Assinaturas Eletrónicas Simples (‘SES’), que usamos todos os dias, sem perceber, como assinar um simples e-mail, que identifica o nome e o cargo de uma pessoa. Estas assinaturas não têm qualquer força legal, por isso tem de ser suportadas por provas adicionais que confirmem a sua autenticidade; (HBI - Consultoria & Soluções Tecnológicas, 2022)
- Assinaturas Eletrónicas Avançadas (‘AES’) com extensão CER ou PFX, que já asseguravam há alguns anos a integridade dos documentos, mas ainda assim sem força legal, não se enquadrando no disposto do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 28/2019 nem seguindo as orientações do comunicado n.º 1 do Gabinete de Segurança Nacional; (ARTSOFT, 2022)
- Assinaturas Eletrónicas Qualificadas (‘QES’), que contém requisitos técnicos mais desenvolvidos do que as anteriores, não tendo necessidade de acrescentar provas para efeitos legais. (HBI - Consultoria & Soluções Tecnológicas, 2022)

2.3.3 O que traz de novo o selo e a assinatura eletrónica qualificada?

O selo ou assinatura eletrónica são o resultado de um processo eletrónico, durante o qual são obtidos dados que se destinam unicamente a ser utilizados para dar a conhecer a autoria de um documento eletrónico. Isto significa que não podem ser utilizados para assinar ou selar faturas eletrónicas de terceiros. Cada empresa deve obter o seu certificado, para realizar o selo ou assinatura digital qualificada nas suas próprias faturas eletrónicas. (HBI - Consultoria & Soluções Tecnológicas, 2022)

A nova legislação para a faturação eletrónica foi desenvolvida no quadro de um regulamento europeu, o ‘Electronic Identification and Trust Services’ (eIDAS). Esta regulamentação criou uma base europeia única para comunicações eletrónicas seguras, aumentando a confiança e a segurança das transações online em toda a União Europeia, promovendo uma maior utilização de serviços online por parte dos cidadãos, empresas e da administração pública. Tal foi possível por meio de diretivas comuns para serviços de confiança, como as assinaturas eletrónicas ou os selos eletrónicos, que se tornaram transversais aos vários Estados-Membros e, por isso, mutuamente aceites nas transações entre consumidores ou empresas dos mesmos. (HBI - Consultoria & Soluções Tecnológicas, 2022)

2.4 Quais as Vantagens da Faturação Eletrónica?

O aumento da produtividade é um dos benefícios que a Faturação Eletrónica traz ao ser implementada nas entidades. A Faturação Eletrónica fornece todos os dados em formato digital, ao contrário de uma fatura em papel, o que por si só, demonstra ter vantagens substanciais tanto para o emissor como para o recetor (Cardoso & Coentro, 2012)

O novo regime de faturação eletrónica apresenta diversas vantagens para as empresas, tais como:

- É mais segura, mais privada e fiável, comparativamente com a fatura tradicional (Enquanto, no formato de papel, pode existir um risco dos documentos ou dos dados serem perdidos ou extraviados, a faturação eletrónica tem por base mecanismos de segurança obrigatórios por Lei, que asseguram uma maior proteção das informações da empresa e do cliente);
- Simplifica o processo de preenchimento e envio de faturas (A faturação eletrónica permite automatizar diversos processos, como o preenchimento e o envio das

faturas, e a integração com outras plataformas, o que provoca menos burocracia e uma maior simplicidade em toda a comunicação com o cliente);

- Não requer espaço físico de armazenamento;
- Facilita a consulta, pois, as faturas ficam disponíveis em arquivo digital (As faturas eletrónicas são armazenadas digitalmente, como prevê a Lei, e para que se tenha um registo sempre corrente das faturas passadas caso haja necessidade de consultar qualquer informação);
- É uma solução mais ecológica, porque reduz a utilização de papel e elimina a emissão de CO₂ (A redução no uso de papel leva a um sistema de faturação mais amigo do ambiente, passando a faturação eletrónica a ser um dos principais fatores de sustentabilidade nas organizações);
- Redução dos prazos de pagamento (A agilização no processo de faturação, graças à desburocratização e à aceleração das etapas necessárias para a criação, envio e receção de faturas, permite que os prazos de pagamento sejam conseqüentemente reduzidos);
- Redução dos custos de operação e de transação com a eliminação de processos manuais e automatização de processos inerentes à emissão, receção e arquivamento de faturas (Segundo Koch, 2018 com a desmaterialização dos documentos, a faturação eletrónica permite poupar nos gastos de papel, na impressão e nas despesas de envio e de armazenamento, conseguindo reduzir os custos em até 6,60€ por fatura);
- Maior fiabilidade e transparência em todas as atividades do processo de faturação (Um documento assinado eletronicamente e com validade fiscal reduz a ocorrência de erros e possíveis extravios). (Gomes, 2022)

2.5 Benefícios para o Emissor e Recetor

Como já foi referido anteriormente, as vantagens da utilização da Faturação Eletrónica são inúmeras, e podem beneficiar tanto o emissor como o recetor das mesmas. São exemplos desses benefícios, “redução de custos associados ao processamento e envio de faturas a fornecedores, redução do tempo despendido em tarefas de cariz administrativo e financeiro, produtividade dos colaboradores, melhoria da qualidade do serviço prestado, redução de tempos de espera e de atrasos, otimização da gestão e controlo das transações e maior segurança e transparência nas transações”. (Martins & Alturas, 2016)

As seguintes tabelas apontam as analogias entre a utilização da fatura em papel e da fatura eletrónica, na perspetiva do emissor (Tabela 1) e do recetor (Tabela 2) Neste caso, quando se fala em Faturação Eletrónica e Faturação Eletrónica para a Administração Pública, refere-se não só da fatura digital devidamente certificada, mas também à transmissão e integração de dados do fornecedor para o cliente. (Koch, 2014; Cardoso & Coentro, 2012).

Tabela 1 - Otimizações na ótica do emissor (adaptado de (Koch, 2014))

Processo	Fatura em Papel	Fatura Eletrónica
Impressão, Envelopagem e Envio	Custo elevado; Impacto ambiental; Tempo de entrega elevado; Possível rejeição do documento, caso algum dado estiver em falta	Envio seguro; Entrega em tempo real; Validação do documento no momento de envio
Pagamentos	Processos manuais com custo elevado; Qualidade de dados reduzida	Pagamentos automáticos e integrados; Controlo sobre as faturas e pagamentos, permitindo uma conciliação das contas
Arquivo	Quantidade elevada de faturas em papel; Espaço físico ocupado; Pesquisa manual de documentos demorada	Arquivo automático em suporte eletrónico; Acesso online; Pesquisa de documentos instantânea; Eliminação do espaço físico

Tabela 2 - Otimizações na ótica do recetor (adaptado de (Koch, 2014))

Processo	Fatura em Papel	Fatura Eletrónica
Receção	Abertura de envelopes; Etiquetagem de receção; Encaminhamento para o respetivo departamento	Receção e encaminhamentos automáticos
Entrada de dados	Possíveis erros de introdução de dados; elevada carga de Recursos Humanos	Integração de dados automática; Importação de FE's em tempo real
Validação e Conferência	Erros detetados a longo prazo; Conferência manual demorada	Conferência automática; Tempo de análise reduzido
Pagamentos	Intervalo de tempo aumentado para a saída do pagamento	Faturação conferida automaticamente colocada para pagamento
Arquivo	Quantidade elevada de faturas em papel; Espaço físico ocupado; Pesquisa manual de documentos demorada	Arquivo automático em suporte eletrónico; Acesso online; Pesquisa de documentos instantânea; Eliminação do espaço físico

2.6 Desvantagens da Faturação Eletrónica

Naturalmente, quando se está a adotar uma determinada tecnologia ou a promover uma mudança mais disruptiva, poderão sempre surgir alguns fatores menos positivos.

No caso, da implementação da faturação eletrónica, não foi diferente, e acabaram por surgir também alguns pontos menos positivos, como por exemplo, o investimento inicial, que é necessário ser feito para adquirir um sistema informático que permita a emissão de faturas no formato eletrónico. O sistema informático permite a emissão e recebimento das faturas, bem como poder assiná-las eletronicamente. (Dicas Fiscais, 2020)

Além da aquisição de um sistema informático, também a harmonização de diferentes realidades distintas entre si, como empresas, institutos públicos, câmaras municipais e entidades reguladoras constitui um fator menos positivo na adoção da faturação eletrónica (Dicas Fiscais, 2020).

Para além dos fatores enumerados, anteriormente, existe também o processo de convergência e integração de sistemas que pode ser complexo e vagaroso, sendo também necessário capacitar os funcionários para esta nova realidade. (Dicas Fiscais, 2020)

2.7 Custos

A Faturação Eletrónica é um fator que agiliza processos de negócio dentro de uma empresa bem como na relação entre as empresas. Isso possibilita economias significativas, pelo menos custos imediatos, tais como consumíveis de impressão (papel, tinteiros, etc.) (Russo, Reis, & Silveira, 2019). No entanto, pode tornar-se necessário investir em recursos humanos e em tecnologia, para que a introdução da faturação eletrónica na organização seja algo rentável e que possibilite atingir os objetivos definidos (Russo, Reis, & Silveira, 2019).

Segundo o Decreto-Lei nº 42-A/2022 de 30 de junho, 2022, todas as empresas fornecedoras do Estado estão obrigadas por lei a recorrer à faturação eletrónica a partir 31 de dezembro 2022. Esta medida vai permitir poupanças significativas e combater a evasão fiscal, apaziguando o aumento da dívida pública(Acepi, 2020)

Segundo a Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa (ACEPI), a transição para a faturação eletrónica já permitiu uma poupança de 251.346 euros, entre 2020 e 2022. Estes resultados, à data de 11 de março de 2022, resultam de uma amostra de 400 fornecedores de entidades públicas que têm vindo a utilizar uma solução de faturação eletrónica para emissão e transmissão das faturas. (Acepi, 2020)

A ACEPI relata ainda que, nestes últimos dois anos (2020-2022), as empresas e o Estado têm vindo a preparar-se para a obrigatoriedade da digitalização das faturas, no âmbito dos contratos públicos, tendo-se verificado um aumento de 553% do número de documentos emitidos através de uma das plataformas de faturação eletrónica, para um total de 42.819 faturas eletrónicas. (Acepi, 2020)

Capítulo 3 - Desenho de investigação

O processo de investigação deve ser orientado de maneira a produzir resposta às questões formuladas no projeto por forma a atingir o objetivo proposto no trabalho de investigação.

3.1 Metodologia e tipos de Pesquisa Adotados

Para realizar o levantamento dos requisitos, desenvolveu-se um estudo exploratório constituído por uma etapa, onde foram realizadas duas entrevistas de forma semiestruturadas a empresas do setor Privado, seguindo um guião elaborado anteriormente (Anexo A) e, através do mesmo, três entrevistas, mas desta vez a empresas do setor publico. Este estudo tem como objetivo chegar o mais próximo da verdade através de comprovações de hipóteses que, por sua vez, serão pontes entre a observação da realidade. (Freixo, 2011).

Este estudo é um projeto aplicacional que estuda uma realidade e problema contemporâneos. E que por essa razão o trabalho recorreu à investigação qualitativa e ao método do estudo de caso (exploratórios). Que como método de recolha de dados, foram usadas entrevistas semiestruturadas como foi mencionado anteriormente.

Este método é recomendado a partir do momento em que os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto em questão são insuficientes para a explicação e compreensão de um fenómeno. Para tentar ultrapassar este problema, são inicialmente estruturadas hipóteses e, a partir destas, deduzem se consequências que deverão ser testadas. A pesquisa científica com a abordagem hipotético-dedutiva irá iniciar-se com a descoberta de um problema, a sua descrição e formulação de hipóteses, procurando de seguida evidências empíricas para testar as hipóteses formuladas ((Reis, 2010)).

Para este estudo, e analisadas as formas de aproximação científica à realidade, a metodologia qualitativa ajudou a compreender o fenómeno em estudo, a sugerir o que deve ser medido e como. Assim, a construção dos instrumentos de observação e recolha de dados foi orientada pelos procedimentos do método qualitativos, na medida em que se pretendeu, por um lado, um aprofundamento do tema em estudo e, por outro, estabelecer ligações sobre o universo em análise.

3.2 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa é uma metodologia onde existe uma pesquisa não estruturada, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensões do contexto do problema (Malhotra, 2004). Esta tem lugar quando se pretende obter uma vasta e ampla compreensão de um fenómeno em estudo, e o objetivo é descrever ou interpretar, mais do que o avaliar o fenómeno. O investigador neste caso tem de observar, descrever, interpretar e apreciar o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los (Freixo, 2011).

Com a realização da pesquisa qualitativa pretendeu-se obter uma melhor compreensão do contexto do meio envolvente e das particularidades do objeto de estudo. O facto de o objeto de estudo ser uma matéria bastante recente na atualidade, onde ainda não é a realidade para todas as empresas em Portugal, levou a que fosse de extrema importância a recolha de opiniões de sujeitos, com reconhecido conhecimento prático sobre a matéria, de modo a perceber com maior profundidade o tema em estudo, as suas particularidades e o seu ajustamento à realidade.

Para atingir este fim, a entrevista será um instrumento privilegiado de recolha de informação pois esta permite recolher uma enorme quantidade e variedade de informação que de outra forma seria impossível de aceder. A entrevista caracteriza-se por um contacto direto entre o entrevistador e o seu interlocutor onde se inicia uma verdadeira troca de questões, onde o entrevistado exprime as suas opiniões, percepções, interpretações e experiências e o investigador retém essas informações e facilita o discurso do entrevistado, evita que ele se afaste do objetivo e permite que o entrevistado aceda a um grau elevado de autenticidade e profundidade (Quivy & Campenhoudt, 1992)

3.3 Entrevistas

A entrevista é, em relação à troca de informações, um instrumento bastante privilegiado (Minayo, 2018), sendo esta a técnica mais utilizada num estudo qualitativo. Consiste numa conversa entre dois ou mais interlocutores, promovida por um entrevistador com o objetivo de obter informações pertinentes sobre determinado objeto de investigação (Batista et al., 2017; Minayo, 2018).

A entrevista individual pode ser caracterizada segundo a forma como é organizada e a sua utilidade para o estudo:

- Entrevista fechada: quando a entrevista tem por meio um questionário totalmente estruturado;

- Entrevista semiestruturada: quando existe um guião com questões previamente preparadas e com questões abertas, dando ao entrevistador um maior controlo sobre o que pretende saber, e abrindo espaço a alguma espontaneidade na reflexão acerca dos tópicos abordados;
- Entrevista aberta: consiste numa interlocução delineada pelos parâmetros do objeto de estudo, em que o investigador revela o objetivo e o sentido da conversa, e o entrevistado tem liberdade para refletir e abordar os temas subjacentes (Batista et al., 2017; Minayo, 2018).

Para os tipos de entrevista de grupo, as mais comuns são: o focal, de brainstorming, o nominal e o de projeção. Este tipo de entrevistas deve ser aplicado para complementar a observação dos participantes ou as entrevistas individuais. As entrevistas de grupo geralmente costumam ser utilizadas para formular perguntas para questionários, esclarecer temas abordados em entrevistas ou questionários e desenvolver hipóteses de investigação (Minayo, 2018). Tanto as entrevistas individuais e as de grupo são amplamente utilizadas em investigações científicas e ambas requerem planeamento prévio e adequação ética na seleção dos participantes, do sítio e do momento para a sua realização (Batista et al., 2017).

As entrevistas realizadas no âmbito deste projeto de investigação foram do tipo semiestruturado, centrando-se no problema em estudo e, seguindo um guião de tópicos e questões, de modo que o entrevistado pudesse expressar as suas opiniões com liberdade de tempo e de palavras. O pensamento e o discurso do entrevistado podem, no entanto, ser orientados com as questões pré-definidas de modo a obter a informação que se pretende recolher e a entrevista ter um fio condutor. Esta abordagem é bastante completa na medida em que proporciona respostas comparáveis e de profunda compreensão permitindo um tratamento mais sistemático dos dados (Reis, 2010).

Em suma, neste projeto de investigação a pesquisa qualitativa teve como finalidade concretizar os seguintes objetivos:

- Conhecer a opinião dos especialistas institucionais sobre o objeto da investigação;
- Adquirir conhecimentos relevantes que permitissem avaliar a pertinência do tema em estudo e a sua adequação prática.

3.4 Pesquisa Exploratória

Após a definição dos objetivos deste projeto de investigação, efetuou-se uma pesquisa exploratória por se considerar adequado às características deste projeto. É utilizada a pesquisa

exploratória a partir do momento que se procura um entendimento sobre a existência geral de um problema, as possíveis hipóteses alternativas e as variáveis consideradas relevantes que necessitam de ser consideradas. Este tipo de pesquisa contribui para aumentar o atual conhecimento do problema de pesquisa, definir o foco e as prioridades no estudo, e visa compreender comportamentos e atitudes dos utilizadores explorando as possíveis relações entre vendedores (setor privado) e compradores (AP). Serve para levantar hipóteses e descobrir características desconhecidas sobre o tema, sobre os quais ainda não existe conhecimento ou domínio (Correa et al., 2009).

Nesta fase de pesquisa exploratória procurou-se aumentar o conhecimento sobre o tema em estudo através da análise documental, já realizada na revisão bibliográfica, e da recolha de opiniões de sujeitos com reconhecida experiência prática sobre o tema. De seguida são apresentadas as principais questões levantadas durante esta fase da pesquisa e de depois é feito o enquadramento com as principais teorias e hipóteses.

Na fase da pesquisa no campo efetuaram-se algumas entrevistas exploratórias a personalidades que têm, ou tiveram no passado recente, responsabilidades envolvidas na utilização da Faturação Eletrónica. Onde fosse possível que pudessem dar o seu contributo para a análise da pertinência da matéria que se pretende estudar, a razão de terem sido selecionadas estas entidades advém de todas terem contacto com a faturação eletrónica, por exemplo, as empresas do setor público (duas instituições de ensino superior) já utilizam a faturação eletrónica nas suas compras e as empresas do setor privado (uma de apoio informático e outra de venda de equipamentos médicos) já utilizam a faturação eletrónica nas vendas a empresas da AP (Tabela 3). Com as respostas destas, será possível ter noção de como é que a implementação da FE está a ser procedida e quais os impactos da mesma.

Tabela 3 - Quadro resumo das entrevistas exploratórias (Fonte: Própria, 2022)

Entidade	Tipo de entidade	Personalidade	Duração	Data	Notas Principais
PSE	Privada	Diretor Geral	25 min	06/07/2022	Empresa Privada que utiliza a Faturação eletrónica em todas as suas vendas com entidades publicas
Instituto Politécnico de Setúbal	Pública	Técnica Superior da área de aprovisionamento	25 min	06/07/2022	Empresa Publica onde utiliza a Faturação eletrónica na receção de documentos de outras entidades.
Instituto Politécnico de Setúbal	Pública	Chefe de Divisão	30 min	13/07/2022	Empresa Publica onde utiliza a Faturação eletrónica na receção de documentos de outras entidades.
MICROMIL	Privada	Administradora/Diretora Financeira	40 min	22/07/2022	Empresa Privada que utiliza a Faturação eletrónica em todas as suas vendas com entidades publicas.
Universidade Nova de Lisboa	Pública	Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria	35 min	04/08/2022	Empresa Publica onde utiliza a Faturação eletrónica na receção de documentos de entidades de fornecedores de grande dimensão.

3.5 Amostra

As entrevistas foram realizadas a três colaboradores da área da AP, sendo esses a Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal, a Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto Politécnico de Setúbal e a Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa, foram selecionados estes sujeitos uma vez que se trata de pessoas que trabalham diariamente com a faturação eletrónica pelo menos na vertente das compras a entidades do setor privado. Para além destes sujeitos, foram realizadas mais duas entrevistas a colaboradores de empresas de grande e média dimensão do setor privado, sendo estes o Diretor Geral da empresa PSE e a Administradora/Diretora Financeira Micromil, e a razão da escolha destes profissionais deveu se ao facto de perceber qual o impacto da faturação eletrónica nas vendas das empresas com a AP.

3.6 Procedimento

Realizaram-se no total cinco entrevistas, onde quatro foram com apenas um participante (excluindo o interlocutor) e uma com dois participantes. As entrevistas de um ou dois entrevistados para além de terem a possibilidade de terem uma maior flexibilidade no agendamento, permitem obter um alto nível de detalhe acerca do objeto de estudo (Batista et al., 2017). Foi elaborado um guião (Anexo A) para as entrevistas semiestruturadas, que permitem a reflexão e a negociação de visões do objeto de estudo das diversas partes envolvidas (Frias et al., 2017), tal como é pretendido num processo de levantamento de requisitos. De acordo com os objetivos delineados desde o início do projeto e a literatura revista acerca da temática, foi elaborado o guião (anexo A) para as entrevista semiestruturadas com todos os entrevistados (havendo apenas a diferenciação nas questões de relação com a AP e com o setor Privado dependendo do tipo de entidade que estava a ser entrevistada) para conhecer aprofundadamente o contexto da faturação Eletrónica dentro da empresa, identificação do que é a Faturação eletrónica, Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica e que benefícios a faturação eletrónica trás à empresa. Estas entrevistas tiveram uma duração média de 25 a 30 minutos e os entrevistados tiveram a possibilidade de discutir ideias, baseadas nas questões apresentadas. As entrevistas foram todas online onde, posteriormente, foi possível a análise e formulação dos formulários de contacto de cada uma pessoa entrevistada. (Anexos B, C, D, E, F)

3.7 Métodos e Técnicas de Análise de Dados

A análise da informação recolhida das entrevistas semiestruturadas foi efetuada pelo método de análise de conteúdo.

Considera-se análise de conteúdo um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis que se encontram em constante aperfeiçoamento, onde se aplicam a “discursos” extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas, desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos, é uma interpretação controlada, baseada na dedução (Bardin, 2011).

O método de análise de conteúdo é um processo de análise de entrevistas que apresenta cada vez maior relevância nas investigações, na medida em que oferece a possibilidade de tratar de forma metódica e sistemática, informações e testemunhos dos entrevistados, que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade.

Seguindo o exemplo de Monteiro, 2011, cit Ludke & André, 1986 e Carmo & Ferreira, 2015, foi criada uma tabela de análise de conteúdo, constituída por “categorias”, “subcategorias” e unidades de análise. Dentro de cada uma das subcategorias consideraram-se ainda os respetivos descritores.

Para Carmo & Ferreira, 2015, as categorias são “rubricas significativas, em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado”. Sendo assim, na análise de conteúdo deste projeto, foram definidas as categorias, subcategorias e descritores seguintes na tabela 4.

Tabela 4 - Categorias e Subcategorias da Análise de Conteúdo (Fonte: Própria, 2022)

Categorias	Subcategorias	Descritores
Implementação e utilização da Faturação Eletrónica	Faturação eletrónica na empresa	O que é a faturação eletrónica para a empresa;
		De que forma é que a empresa começou a utilizar a faturação eletrónica;
	Processo de implementação	O processo de implementação, e quanto tempo demorou;
		Quem esteve envolvido no processo, e quais os custos associados;
		Os recursos exigidos para o bom funcionamento da Faturação Eletrónica;
		As etapas para o mecanismo ficar operacional;
Impactos da Faturação eletrónica	Desvantagens da Faturação Eletrónica	As dificuldades da empresa com a Faturação Eletrónica;
		Aspetos a melhorar no sistema;
	Vantagens da Faturação Eletrónica	Os Benefícios da Faturação Eletrónica;
		Feedback e recomendação do mecanismo;
	Opiniões pessoais	Opiniões pessoais sobre o tema;

É de referir que na análise de conteúdo das entrevistas efetuadas, por motivos de melhor observação e apresentação dos dados, recorreu-se ao preenchimento em separado de duas tabelas de análise de conteúdo, uma para as entrevistas a empresas da administração pública (Anexo G) e outra para as entrevistas a empresas do setor Privado (Anexo H).

Durante a investigação procurou-se fazer uma análise dos dados de forma criteriosa, ou seja, fazer uma descrição rica e rigorosa os dados (Carmo & Ferreira, 2015). Depois de preenchidas as grelhas de análise de conteúdo procedeu-se então à descrição, interpretação e análise dos resultados obtidos.

3.8 Objetivos da Investigação

Os objetivos de pesquisa consistem naquilo que se pretende atingir com a pesquisa. Os objetivos de pesquisa constituem enunciados declarativos que se baseiam nas variáveis chave, a população alvo e a orientação da investigação (Fortin, 2009).

Assim, os objetivos deste trabalho de investigação são:

- OBJ1. Identificar o que é a faturação eletrónica;
- OBJ2. Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado;
- OBJ3. Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- OBJ4. Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado;

3.9 Proposições de Investigação

As proposições são crenças ou algo que é expeável, que possibilitam a explicação ou compreensão, antecipadamente e provisoriamente de um determinado fenómeno e constituem linhas de orientação que apontam direções do que se pretende demonstrar (Pardal & Lopes, 2011). A formulação das mesmas tenta responder ao problema levantado pela temática abordada funcionando como uma “pré-solução” ou explicação para o problema, uma resposta provisória, e também um enunciado conjectural das relações entre as variáveis (Reis, 2010). As proposições são, portanto, suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias do problema de pesquisa pois poderão ou não ser confirmadas com o desenvolvimento da pesquisa.

As proposições fornecem à investigação um fio condutor eficaz, que, a partir do momento em que são formuladas, substituem nesta função as questões de partida do projeto, fornecendo ao investigador certos critérios para selecionar os dados mais pertinentes e fulcrais para a pesquisa. O seguimento do trabalho consistirá em testar as ditas hipóteses, confrontando-as com os dados observados (Quivy & Campenhoudt, 1992).

No seguimento dos objetivos do trabalho, foram formuladas as seguintes proposições de investigação:

Tabela 5 - Proposições de Investigação (Fonte: Própria, 2022)

P1	A utilização da Faturação Eletrónica tem diversos benefícios e é de fácil adoção nas empresas.
P2	A utilização da Faturação Eletrónica apesar dos benefícios que traz à empresa, a sua adoção tem tido vários entraves.
P3	A Faturação Eletrónica traz dificuldades às empresas, logo não é um meio viável.
P4	A Faturação Eletrónica é mais vantajosa para as empresas do setor Privado do que para a AP.
P5	A Faturação Eletrónica é mais vantajosa para a AP do que para as empresas do setor Privado.
P6	Há toda uma nova dinâmica no processo de transações de documentos entre as empresas do setor privado com a AP devido ao novo mecanismo de Faturação Eletrónica.
P7	Os impactos da Faturação na relação entre as empresas do Setor Privado com a AP são irrelevantes.

Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos dados

Neste capítulo, irá então proceder-se à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos da pesquisa de campo.

Por motivos de organização optou-se por estruturar este capítulo por categorias, mencionadas no capítulo anterior na análise de conteúdo, relativo ao conteúdo das entrevistas.

A apresentação, análise e discussão dos dados relativos à administração Pública e ao setor privado serão feitas relativamente a cada uma das categorias, ou seja, para todas as categorias e as suas subcategorias em análise, serão primeiro apresentados, analisados e discutidos os dados relativos à Administração Pública e de seguida os do setor privado, isto para permitir uma melhor correspondência e compreensão dos dados recolhidos em cada um dos casos. Por fim, é feito uma síntese dos pontos cruciais mencionados nas entrevistas para posteriormente ser feito a validação das proposições de investigação mencionadas no capítulo anterior com base nos dados obtidos.

4.1 Implementação e utilização da Faturação Eletrónica

O objetivo desta categoria foi de verificar de que modo os utilizadores conhecem o que é realmente a Faturação Eletrónica, e qual o seu papel dentro da empresa e quais os processos envolvidos na implementação deste mecanismo.

4.1.1 Faturação Eletrónica na empresa

Administração Pública:

Todos os participantes das entrevistas têm uma boa noção do que realmente é a Faturação Eletrónica, por exemplo a Carla Rosário, Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) refere-se à Faturação Eletrónica como “uma forma de garantir uma maior transparência nas transações entre os diversos operadores económicos assim como a sua autenticidade, possibilitando logo os registos dos documentos de forma automática. É um mecanismo que o Estado criou para ser conhecedor de todas as transações das empresas.”.

Para Alexandra Aldeias, Técnica Superior da área de aprovisionamento do IPS afirma também que a Faturação Eletrónica “é um processo de receção de faturas ou outros documentos fiscalmente relevantes onde tudo é recebido e tratado eletronicamente, sendo logo integrado no sistema, fugindo ao antigo processamento de lançamento das faturas em PDF com assinatura digital.”

Já a Cláudia Sá, Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa (UNL) reafirma o que foi dito dizendo que a Faturação Eletrónica “É o processo de envio/emissão, receção, processamento e arquivo em formato EDI dos documentos fiscalmente relevantes. Este é um processo distinto dos PDF ’s com assinatura qualificada.”.

Para os membros da AP apenas é usual o uso da Faturação Eletrónica na receção das faturas de fornecedores de grande dimensão, no entanto, as empresas entrevistadas já têm solução para a venda também dos seus serviços e a faturação desses mesmos já poderá ser realizado através do mecanismo de Faturação Eletrónica. Carla Rosário como diz que “A Faturação Eletrónica à data é realizada apenas nas transações com fornecedores de grande dimensão através da plataforma ESPAP, e o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) já se encontra preparado para emitir faturas usando o TOC ONLINE” e a Cláudia Sá afirma que “A empresa neste momento apenas utiliza este mecanismo na relação com fornecedores, ou seja, na receção de faturas de despesas ou compras. No entanto, apesar de ainda não acontecer, a empresa já se encontra disponível para faturar eletronicamente utilizando a mesma plataforma, no entanto os seus clientes ainda não têm o sistema operacional para as receber” respetivamente.

Alexandra Aldeias acrescenta ainda que “O instituto Politécnico de Setúbal (IPS) neste momento encontra se operacional para receber faturas eletrónicas relativas a bens e serviços tanto do setor privado como o setor publico. No entanto algumas empresas fornecedoras, geralmente de pequena dimensão ainda não aderiram a este mecanismo.”

Setor Privado:

Nas entrevistas a empresas do setor privado, quando perguntado o que era a Faturação Eletrónica, João Pequito, Diretor Geral da empresa PSE refere que a mesma “É um mecanismo de envio de faturas via EDI, através da plataforma YET, para empresas Pública que já têm esse mecanismo de receção operacional.”, já Ana Vitorino, Administradora/Diretora Financeira da empresa MICROMIL define para ela que a fatura eletrónica é “um documento digital mais fidedigno que substitui a fatura em PDF, é o meio de transação de faturas com entidades publicas utilizando o parceiro YET (plataforma de Faturação Eletrónica) como intermediário.”.

Ambos utilizam a mesma plataforma de Faturação Eletrónica, logo, as funcionalidades supostamente devem de ser idênticas para ambos.

A empresa MICROMIL da Ana Vitorino “utiliza a Faturação Eletrónica via EDI nas transações com a AP (que tem um peso muito grande nas suas vendas) e a empresa começou a utilizar o mecanismo a partir do momento que se começou a falar da obrigatoriedade do mesmo, as restantes vendas a clientes do setor privado ainda é feito via PDF com assinatura digital.”. Já a PSE de João Pequito relata que “A administração pública tem um peso muito grande nas vendas da empresa logo, todas as vendas à mesma requerem o sistema de Faturação Eletrónica.”

4.1.2 Processo de implementação

Administração Pública:

Na questão do processo de implementação tendo em conta que tanto a Carla Rosário e Alexandra Aldeias como fazem parte da mesma empresa, Alexandra Aldeias explica que “O processo de implementação partiu todo dos órgãos de chefia e não passou pela mesma” logo, vamos apenas nos guiar pelo que a Carla Rosário relata, ou seja, neste caso detalhadamente “O IPS utiliza o portal da ESPAP para o receção das faturas dos fornecedores, este não utiliza todas as suas funcionalidades, uma vez que o programa não está diretamente ligado ao sistema ERP da empresa (o Primavera), o que torna o processo manual, quase semelhante à impressão do documento e lançamento manual. A implementação não foi completamente bem-sucedida, uma vez que o IPS não está a usufruir de todas as funcionalidades existentes” o que acaba por dar uma noção que a empresa não utiliza a tecnologia EDI em pleno, logo o processo não está completo.

Já no caso de Cláudia Sá, “O processo de implementação correu bem, no entanto o processo de “roll-out” teve alguns entraves devido ao facto de alguns fornecedores, apesar de terem ligação com a plataforma de Faturação Eletrónica (Saphety), não emitem as faturas em formato EDI. A Implementação do mecanismo teve início a novembro de 2019 e teve uma duração de quatro a cinco meses, começando a trabalhar em pleno em abril de 2020 (...) Este processo teve a participação do ERP da empresa (a Quidgest), a plataforma de Faturação Eletrónica (a Saphety) e a nível interno foi destacada a administradora executiva dos serviços de apoio à fundação e as unidades dos serviços de contabilidade, de contratação pública e a unidade de suporte tecnológico. Os custos associados ao processo de implementação rondou os setenta mil euros e a entrevistada assume que este valor de facto é demasiado elevado para as outras empresas, a nível de manutenção o valor anual ronda praticamente o mesmo valor de

implementação (quarenta mil para a manutenção de sistemas mais trinta mil para os restantes custos) e nesses restante custos estão incluídos as Licenças e o custo por cada transação da empresa, a empresa utiliza também a plataforma para transformar as faturas em PDF em ficheiros OCR (optical character recognition), daí o valor ser alto, pois abrange já todas as transações de despesas e compras da empresa.”

Estes valores podem ser considerados altos à primeira vista, mas considerando o universo em que se enquadra a Universidade Nova de Lisboa, acaba por ser um valor acessível, no entanto, este fenómeno acaba por ser, em contraste com outras empresas com dimensões menores, um entrave muito grande quando se vai fazer um investimento deste tamanho, como menciona Carla Rosário “Para a implementação deste programa de faturação eletrónico, o IPS ofereceu-se para ser piloto neste novo projeto. A plataforma da ESPAP é completamente gratuita, no entanto para poderem emitir faturas (caso haja necessidade) no TOC ONLINE, foi necessário comprar uma licença anual de cerca de 50 euros tendo de ser renovada. Para além disso, o IPS solicitou uma proposta ao sistema ERP para poder fazer as configurações necessárias para o mecanismo poder estar ligado diretamente à plataforma de Faturação Eletrónica e o valor da proposta rondava os seis mil euros.” O que confessa a mesma como sendo “um valor muito alto para se investir neste momento tendo em conta a quantidade de faturas eletrónica que recebemos”, Alexandra Aldeias acrescenta ainda que “A ESPAP fornece também apoio técnico na utilização e configuração da plataforma. No entanto será necessário fazer um investimento muito alto para poder integrar diretamente os dados fornecidos da ESPAP para o sistema ERP (Primavera) na empresa”.

A nível de recursos utilizados pelas empresas a Universidade Nova de Lisboa “utiliza como recursos, os servidores, o seu ERP e a plataforma da Saphety” segundo Cláudia Sá e para o Instituto Politécnico de Setúbal apenas “Será necessária uma alteração de metodologia dos métodos de trabalho referente aos recursos humanos, dentro dos departamentos da empresa” de acordo com Carla Rosário.

Terminando este ponto de implementação da Faturação Eletrónica nas empresas Administração Publica, Carla Rosário explica que “O IPS teve de participar em reuniões específicas da ESPAP onde eram explicados as coisas básicas e o funcionamento da plataforma. Estas reuniões iniciaram se por volta de novembro de 2020 e tiveram uma duração de 3 horas, tendo a participação de colaboradores do departamento das compras, uma vez que eles é que iriam ter maior contacto com a Faturação Eletrónica.” Sendo Alexandra Aldeias um membro do departamento das compras esta “apenas teve de aprender como funcionaria o novo método de faturação para incluir nas suas tarefas diárias”.

No caso de Cláudia Sá a mesma refere que “As etapas para tornar este mecanismo funcional, inicialmente, começou por ser feito um levantamento de requisitos para identificar o que a empresa iria precisar, foi feito uma plataforma de testes após aceder a todos os requisitos necessários e após terem envolvido e parametrizado todas as integrações necessárias, isto para poder fazer todos os testes necessários para identificar alguma incongruência e por fim foi estipulado um dia para a entrada em produção onde a Saphety fez um acompanhamento durante um mês até a empresa se tornar autónoma.”.

Setor Privado:

O processo de implementação da Faturação Eletrónica nas empresas do setor privado foi segundo João Pequito “um processo muito simples devido à instituição que implementou este mecanismo, inicialmente houve bastante incerteza em qual fornecedor escolher para implementar este mecanismo, mas optou-se por seguir o contrato com atual sistema ERP (Primavera) que tinha ligação direta com a YET.”

Já para Ana Vitorino “Tem sido um processo gradual, dependeu muito da adoção dos clientes para o novo sistema, pois muitas empresas, inclusive, publicas a quem faturam, ainda não têm o sistema de Faturação Eletrónica operacional.”

Na PSE “A implementação deste sistema, que teve a intervenção do suporte técnico da empresa implementadora e o técnico de informática da PSE, teve uma duração de uma semana (iniciado em 2020), no entanto, é um processo “on-going” uma vez que cada vez que surge um cliente com o sistema de Faturação Eletrónico operacional, é necessário fazer modificações ao atual sistema da empresa. O custo de implementação inicial, para a PSE, é considerado baixo, no entanto a necessidade de comprar pacotes de transações eletrónicas, e acaba por ficar um custo elevado para a empresa.”. Semelhante a este processo na MICROMIL, Ana Vitorino afirma que “a implementação deste sistema se iniciou em novembro de 2020 e até estar completamente funcional, sem quaisquer erros, teve uma duração aproximada de um ano, sendo a YET, com a ajuda da assistente administrativa financeira da empresa, a meterem o sistema 100% operacional. O custo inicial deste sistema em 2020 foi de mil euros e a manutenção baseia-se no pagamento de cerca de trezentos euros trimestrais onde estão incluídos as licenças digitais e os packs de transações EDI, que são cerca de cem transações por mês, no caso de ultrapassar esse valor de transações, é obrigatório adquirir outro pack de transações. Não foi necessário fazer um investimento no software da empresa e no ERP uma vez que essas atualizações já se encontravam incluídas na avença do Primavera.”

A nível de recursos Ana Vitorino relata que “Para a empresa, para além dos custos iniciais, foi necessário uma formação específica para a assistente administrativa financeira da empresa, e a mesma é a responsável pela utilização do sistema.” Em contrapartida no caso de João Pequito “A nível de recursos da empresa, não houve nenhuma alteração do que havia antes da Faturação Eletrónica, a única diferença é criação de uma nova tarefa para o pessoal informático para configurar os novos fornecedores.”

As etapas fundamentais na implementação da Faturação Eletrónica foram bastante semelhantes entre os dois, sendo que no caso de João Pequito “As etapas para o sistema de Faturação Eletrónica ficar operacional foram: A preparação dos Sistemas atuais para poderem faturar eletronicamente e foi feito um processo de recolha de dados das organizações que já tinham o mecanismo de faturação para preparar as configurações no próprio sistema.” E no caso de Ana Vitorino “O processo para poder faturar eletronicamente parte do estabelecimento de um contacto com o novo cliente a quem se irá faturar bens, onde se procura tirar informações desde qual o parceiro de Faturação Eletrónica e se este já tem ligação EDI. Posteriormente essa informação é transmitida à YET em parceria com o sistema Primavera (atual ERP da empresa) vai indicar quais as configurações necessárias a fazer na criação deste cliente novo, e porventura estar operacional para facturamento. Um pormenor importante é no processo de faturação o código do artigo do bem vendido tem de ser comum ao código do artigo do cliente, para facilitar os dados EDI no momento do rececionamento da fatura na empresa cliente, e isto difere de cliente para cliente, e tudo precisa de ser configurado.”

4.2 Impactos da Faturação Eletrónica

O objetivo desta categoria foi de verificar quais os impactos que a Faturação Eletrónica teve dentro das empresas das pessoas entrevistadas, quais as maiores desvantagens e vantagens do mecanismo e aspetos a melhorar e recomendações.

4.2.1 Desvantagens da Faturação Eletrónica

Administração Pública:

De acordo com as entrevistas, foram enumeradas várias dificuldades que as empresas têm se deparado na adoção da Faturação Eletrónica, Carla Rosário afirma que “devido aos altos custos de implementação e ligação dos sistemas ERP da empresa com a plataforma ESPAP, a empresa não está a utilizar todas as vantagens da Faturação Eletrónica, apenas utiliza o mínimo obrigatório imposto pela lei. Os adiamentos e a falta de comunicação do Estado têm prejudicado

o bom funcionamento do mecanismo, o mercado português não está de todo preparado para este novo mecanismo, pois as empresas de pequenas dimensões não têm a possibilidade de emitir as faturas via eletronicamente” Já a Alexandra Aldeias acrescenta ainda que “o número de plataformas de Faturação Eletrónica é demasiado elevado o que torna difícil a gestão interna nas configurações das entidades na plataforma de Faturação Eletrónica em utilização.”

No entanto Cláudia Sá vai mais além nos pormenores das dificuldades na utilização da Faturação Eletrónica, a mesma refere que “O volume de receção de faturas dos fornecedores tem sido abaixo do expectável, cerca de 25% das despesas, uma vez que o adiamento na obrigatoriedade da Faturação Eletrónica tem feito com que as empresas não adiram ao mecanismo, outro motivo que a entrevistada acha que é a razão para a não adesão na Faturação Eletrónica é porque as empresas continuam a não ver a mais-valia neste mecanismo. A entrevistada acha alarmante muitas empresas mesmo de carácter publico que tem um volume muito grande de faturação com a Universidade Nova de Lisboa, não estão ainda a utilizar as faturas em formato EDI. O formato EDI por vezes não tem a informação necessária e pertinente para a contabilização de documentos, exemplos disso são: a taxa utilizada nas faturas não vem descrita no ficheiro EDI (se é a iva a 6% ou a 23%) e as faturas das seguros ou de licenciamentos, que numa fatura normal vem descrito o período a que abrange o serviço, em formato EDI não é possível observar estes dados, sendo obrigatório requisitar a Fatura em formato PDF em ambos estes casos.”

Sendo estas questões pertinentes que Cláudia Sá acha necessário serem corrigidas e/ou melhoradas urgentemente, inclusive, a mesma já solicitou à sua plataforma de Faturação Eletrónica a correção das mesmas.

No caso do IPS da Carla Rosário e Alexandra Aldeias “Algo a ser melhorado seria: o Estado ter de fazer um investimento na educação das pequenas empresas para adotarem o mecanismo de Faturação Eletrónica, e não encarregar essa função às empresas da AP que já utilizam. Por outro lado, tem de haver uma maior sensibilidade das empresas de pequena dimensão para de facto fazerem um esforço para aderirem a esse mecanismo” e “A empresa ainda passa por um processo bastante manual desde descarregar os ficheiros da ESPAP e transferir para o Primavera, sendo isto um aspeto a melhorar.”.

Setor Privado:

A nível de dificuldades para o setor privado mantém se a mesma questão dos seus clientes ainda não terem aderido à Faturação Eletrónica, como refere João Pequito: “Uma das maiores dificuldades com a Faturação Eletrónica é o facto de ser um mecanismo bastante recente e

devido a vários adiamentos na obrigatoriedade da mesma, muitas empresas que assumiam ter o sistema operacional para receber as Faturas via eletronicamente, no entanto algumas não estavam de todo aptas para as receber e o nosso sistema, assume que foram entregues, quando na verdade isso pode não ter acontecido, por isso, há sempre uma incerteza e uma necessidade de ir confirmar com as entidades em questão. Isto implica uma dificuldade na hora da cobrança uma vez que as empresas podem não ter recebido a Fatura.”.

Aliado a isso no caso da Ana Vitorino “A maior dificuldade deste sistema de faturação eletrónico à partida foi a alteração de mentalidade e de processos de faturação quer a nível interno como a nível externo, especialmente a nível externo noutras empresas.”

Para estas empresas entrevistadas, os aspetos a melhorar no ponto de vista de funcionalidades do sistema é nenhum, no entanto João Pequito acha que “a única coisa desejável de se melhorar seria das empresas externas, a quem eles emitem faturas, consigam se fixar num fornecedor de Faturação Eletrónica e que não mudem, pois isso requer fazer uma alteração em todas as configurações já existentes, e isso requer mais custos para a empresa.”

Já no ponto de vista de Ana Vitorino, esta sugere algo interessante: “Um aspeto a ser melhorado, ou sugestão de melhoria, seria a criação de uma plataforma universal para todos os sistemas de Faturação Eletrónica, onde fosse possível retirar todas as informações dos parceiros de Faturação Eletrónica dos clientes para ser mais fácil a criação desses mesmos clientes. Para evitar que haja a necessidade de contacto direto com o cliente para estas questões de configurações técnicas”

4.2.2 Vantagens da Faturação Eletrónica

Administração Pública:

A nível de benefícios para a empresa, Carla Rosário relata que: “Não sendo o expectável para a empresa até à data uma vez que o mecanismo não está completo, os maiores benefícios à partida são: a redução de tempo e a simplificação dos processos de contabilização. Outro benefício é o facto de haver uma maior sistematização da informação disponível na plataforma.”

Adicionando mais benefícios da Faturação Eletrónica, Alexandra Aldeias diz que “A Plataforma de Faturação Eletrónica, a ESPAP, é de fácil gestão, rápido e apelativo a nível visual. Este também tem a funcionalidade de nos casos de incongruências da fatura, a solicitação de uma nota de crédito para corrigir a mesma de forma mais fácil e de maior rapidez. Para além disso é nítido a melhoria na simplicidade e velocidade do trabalho.”

Para Cláudia Sá os benefícios são nítidos na empresa da mesma esta enumera os seguintes benefícios: “A Faturação Eletrónica para além de tornar todo o processo de faturação mais simples, este veio a trazer uma melhoria significativa no tempo de envio e distribuição dos documentos, a anulação do problema do extravio das mesmas seja nos correios, seja a nível interno dentro das organizações de grande dimensão assim como o arquivo desses documentos, que ao fim de algum tempo começa a necessitar de salas e armazéns apenas específicos só para o “arquivo morto”. Outro grande benefício e no ponto de vista do fornecedor, se a fatura vem mais cedo e é tratada mais rapidamente, a mesma será também paga mais rapidamente, até mesmo no processo de devolução da fatura e criação de uma nota de crédito, o processo é mais rápido e automático. É de mencionar também no ponto de vista social a diminuição da fatura em papel, vem melhorar o meio ambiente.”

É comum entre todos os entrevistados a recomendação deste mecanismo, no entanto há sempre uma condição adjacente a esta recomendação, sendo ela a necessidade de mais empresas aderirem a este mecanismo de Faturação Eletrónica, segundo Cláudia Sá: “Este mecanismo é recomendado pois o número de empresas a utilizar este mecanismo ainda é bastante reduzido, e com maior adesão de outras empresas, este investimento começa a dar frutos.” E Alexandra Aldeias ainda acrescenta que deveria de “haver uma solução de Faturação Eletrónica comum para todas as entidades”. No caso da Carla Rosário, que apesar de remendar o mecanismo, esta não sente que haverá uma adesão num futuro próximo: “O mecanismo é recomendado claro, no entanto, acho que será muito difícil as empresas aderirem tão rapidamente a este mecanismo como é desejável.”

Setor Privado:

No que toca a benefícios a Ana Vitorino acha que muito deles advém diretamente da sua plataforma de Faturação Eletrónica: “A plataforma YET tem sido extremamente prestável no que toca a esclarecimento de dúvidas, por mais insignificantes que sejam, e de suporte técnico. Houve de facto uma redução substancial nos custos de impressão e de envio por correio das faturas. Para não falar da melhoria na pegada ecológica.”

Para além disso a mesma acha que “O Processo de faturação se torna muito mais simples e direto, desde que esteja tudo bem parametrizado.”

No ponto de vista de João Pequito “O maior benefício da Faturação Eletrónica é o facto de a mesma chegar mais atempadamente ao destinatário, não tendo a intervenção de correios, e o processo de cobrança é feito mais rapidamente”.

Tanto uma empresa como a outra recomendam este mecanismo de faturação, no entanto João Pequito acha que só faz sentido este mecanismo se mais empresas utilizarem o mesmo: “Eu recomendo este mecanismo desde que o mesmo esteja estabilizado e seja uniforme entre todas as entidades.”.

Ana Vitorino reforça que “Este mecanismo é recomendado devido a todos os benefícios que o mesmo traz à empresa e apesar das dificuldades, a plataforma de Faturação Eletrónica utilizada tem feito um apoio notável a atender todas as questões.” Realçando assim a importância do papel do seu parceiro de Faturação Eletrónica.

4.2.3 Opiniões pessoais

Nesta categoria foi recolhido algumas informações que os entrevistados foram dando ao longo das entrevistas.

Administração Pública:

A Carla Rosário defende que o papel do Estado deveria de ser mais fundamental para a adoção deste mecanismo: “O Estado, ou entidades responsáveis, têm de fazer um maior esforço e ter maior responsabilidade para meter o mecanismo a funcionar uniformemente entre todas as empresas, essa tarefa não pode ser atribuída às empresas da AP que já têm tido as suas próprias dificuldades a meter os seus próprios sistemas operacionais. A obrigatoriedade deste Sistema é que vai ser o impulsionador da adoção deste mecanismo em todas as empresas em contexto nacional.”.

No entanto Alexandra Aldeias defende “que este processo está atualmente pouco preparado para se tornar obrigatório, uma vez que há diversas empresas que, por exemplo, ainda usam a fatura manual e estes por vezes nem têm um sistema informático que permita a utilização da Faturação Eletrónica.” E apesar do que a colega Carla Rosário afirma, esta “acha que temos de começar por algum lado e valoriza o Estado por tentar sensibilizar as grandes empresas.”

Cláudia Sá afirma que há uma solução muito prática para os problemas referidos pela mesma anteriormente: “se os problemas que já mencionei anteriormente forem referidos por mais empresas, a correção dos mesmos será tratada mais atempadamente, mas para isso são necessárias as empresas aderirem a este mecanismo.”.

Setor Privado:

No ponto de vista de João Pequito “apesar de achar que este mecanismo tem as suas vantagens e desvantagens, este é um grande negócio para as empresas que implementam a Faturação

Eletrónica, porque apesar da redução dos custos por exemplo de envio das faturas por correio, agora tem se os custos por transações.” Um pormenor interessante visto ser o único a ter este tipo de opinião.

Mas, em contrapartida, Ana Vitorino tem um olhar sobre a Faturação Eletrónica um pouco mais positivo: “Eu não olho para este mecanismo como uma obrigação, mas sim como uma responsabilidade que todas as empresas deveriam de ter para uniformizar e tornar mais dinâmico o mercado no ponto de vista do facturamento. No que depender de mim, irei ajudar todos os meus clientes e fornecedores para tornar este mecanismo 100% funcional e viável.”.

4.3 Síntese e Validação das Proposições de Investigação

4.3.1 Síntese

Tendo por base as respostas das entrevistas, conseguimos enumerar os seguintes pontos cruciais:

A implementação da Faturação Eletrónica na AP:

- Teve altos custos a implementação da plataforma Saphety na Universidade Nova de Lisboa;
- A Plataforma da ESPAP apesar de gratuita, não oferece uma integração completa das funcionalidades da Faturação Eletrónica no sistema ERP da empresa;
- O processo de implementação teve uma duração relativamente curta numa primeira fase, mas a manutenção e configuração do sistema para funcionar em pleno tem sido constante;
- Não foi necessário muito dispêndio da empresa Instituto Politécnico de Setúbal, a nível de recursos para o mecanismo ficar operacional, no entanto, para a Universidade Nova de Lisboa, foi necessário a participação de diversos departamentos;
- Foi necessário ser feitas formações e de se fazer alterações no processamento de recebimento de faturas dos fornecedores a nível interno.

A implementação da Faturação Eletrónica no setor Privado:

- O processo foi muito simples graças ao apoio da plataforma de faturação;
- Tem sido um processo gradual uma vez que as empresas têm dependido muito tempo com a configuração de novos clientes que adotam o sistema;

- Os custos da Implementação foram relativamente baixos, devido a já estarem acordados no contrato do sistema ERP;
- Os custos de utilização têm sido, no entanto, um custo acrescido ao novo mecanismo, mas é combatido com a diminuição dos gastos de papel e correio;
- Os intervenientes na implantação do sistema foram a empresa YET, onde esteve presente em todos os momentos, e alguém responsável da empresa que pudesse participar no processo;
- Foi necessário para a empresa MICROMIL uma formação específica para o novo método de faturação;
- Não houve alterações dos recursos exigidos às empresas para poderem faturar via eletronicamente.

Os Impactos da Faturação Eletrónica na AP:

- Para o mecanismo estar completamente integrado no sistema ERP da empresa, é necessário um grande investimento;
- O grande número de plataformas de faturação torna difícil a configuração de novos fornecedores na empresa;
- Apesar da implementação nas empresas entrevistadas ter corrido bem, as mesmas sentem um grande entrave relativamente à sua utilização devido à pouca aderência dos seus fornecedores de pequena/média dimensão;
- O formato EDI das Faturas Eletrónicas por vezes carece de dados necessários para a contabilização das mesmas;
- O pouco suporte/apoio do Estado para tornar este sistema uniforme e obrigatório implica uma tarefa acrescida às empresas entrevistadas de sensibilização dos seus fornecedores;
- A plataforma de Faturação Eletrónica é apelativa e intuitiva;
- O mecanismo permite uma melhor gestão das faturas;
- O Processo de receção de faturas é mais simples, rápido, eficaz que possibilita um tratamento contabilístico e correção de incongruências nas faturas mais atempadamente;
- Há uma grande melhoria em aspetos monetários como a grande redução da utilização do papel, gastos em envios e etc.
- Há uma grande melhoria em problemas de extravio das faturas;

- O mecanismo permite uma grande diminuição da pegada ecológica, assim como o espaço ocupado para o arquivo morto das faturas.

Os Impactos da Faturação Eletrónica no setor privado:

- O adiamento da obrigatoriedade da utilização da Faturação Eletrónica torna a uniformidade deste sistema muito difícil;
- Foi necessário um grande esforço para mudar a mentalidade dos clientes;
- Acaba por ser complicado a configuração dos clientes na plataforma de Faturação Eletrónica devido à pouca adoção dos mesmos e as diversas plataformas existentes atualmente que não permitem uma maior uniformidade;
- Há uma grande necessidade de o sistema estar todo parametrizado para ser totalmente rentável a sua utilização;
- O custo das transações acaba por ser por vezes significativo, e é um aspeto que tem se controlar com frequência para a empresa poder faturar sem problemas;
- O processo é muito mais rápido, direto, assim como a cobrança dos documentos;
- A Plataforma de Faturação Eletrónica em causa tem feito um apoio de alto nível nas empresas;
- Há uma redução significativa nos custos de impressão e envios por correio;
- As empresas melhoram a sua pegada ecológica.

4.3.2 Validação das Proposições de investigação

Seguidamente irá ser apresentado a validação ou rejeição das proposições de investigação, conforme apresentadas no ponto anterior, com base nas respostas dadas nas entrevistas.

P1 - A utilização da Faturação Eletrónica tem diversos benefícios e é de fácil adoção nas empresas.

Como foi mencionado inúmeras vezes durante todas as entrevistas, foram vários os pontos positivos em relação à Faturação Eletrónica, e todos os entrevistados mencionaram que a implementação em si foi relativamente simples, no entanto muitas delas ainda não estão a funcionar em pleno, sendo a pouca adoção dos seus parceiros de negócio o principal fator para isso acontecer, mostrando assim que esta proposição não se verifica na realidade.

P2 - A utilização da Faturação Eletrónica apesar dos benefícios que traz à empresa, a sua adoção tem tido vários entraves.

Contrariamente à proposição P1, esta acaba por ser mais realista devido a todos os entraves que os entrevistados mencionaram. No entanto todos eles apoiam este mecanismo devido a todos os benefícios que o mesmo traz.

P3 - A Faturação Eletrónica traz dificuldades às empresas, logo não é um meio viável.

Apesar da Faturação Eletrónica estar em processos de obrigatoriedade para todas as empresas em Portugal, e a mesma possuir alguns entraves às entidades nesta fase inicial de utilização, a Faturação Eletrónica é um meio bastante viável, pois ambos os entrevistados recomendam este mecanismo. Assim sendo, esta proposição não se verifica na realidade.

P4 - A Faturação Eletrónica é mais vantajosa para as empresas do setor Privado do que para a AP.

Neste trabalho, foi procurado apenas fazer a comparação entre o setor privado e a AP, na sua relação de envio de faturas por parte do setor privado, e a receção das mesmas pela AP, que nesta data em Portugal é o mais comum de acontecer. Devido a isso consegue-se observar que o setor privado, ainda que mínima a diferença, não tem tantas vantagens com a Faturação Eletrónica comparado com a AP.

P5 - A Faturação Eletrónica é mais vantajosa para a AP do que para as empresas do setor Privado.

De acordo com o que foi dito na proposição P5, para a AP a utilização da Faturação Eletrónica acaba por demonstrar ser ligeiramente mais vantajosa comparado com o Setor Privado.

P6 - Há toda uma nova dinâmica no processo de transações de documentos entre as empresas do setor privado com a AP devido ao novo mecanismo de Faturação Eletrónica.

É seguro afirmar, após tudo o que foi mencionado, que houve uma alteração tanto no processo de faturação a clientes, como na receção das faturas de fornecedores, consequentemente isto implica impactos e consequências na relação do Setor Privado com a AP.

P7 - Os impactos da Faturação na relação entre as empresas do Setor Privado com a AP são irrelevantes

Como foi mencionado na proposição P6, a relação entre o setor Privado e a AP sofreu uma grande mudança no ponto de vista de receção e emissão de faturas, logo esta proposição não corresponde à realidade.

4.3.3 Conclusão das Proposições

Em síntese, e de acordo com a tabela 6, pode concluir-se que, das sete proposições formuladas no capítulo anterior, três foram verificadas e quatro não, as conclusões e a interpretação destes dados de investigação serão realizadas no Capítulo 5 deste trabalho.

Tabela 6 - Conclusão das proposições de Investigação (Fonte: Própria, 2022)

Proposições		Conclusão
P1	A utilização da Faturação Eletrónica tem diversos benefícios e é de fácil adoção nas empresas.	Não verificada
P2	A utilização da Faturação Eletrónica apesar dos benefícios que traz à empresa, a sua adoção tem tido vários entraves.	Verificada
P3	A Faturação Eletrónica traz dificuldades às empresas, logo não é um meio viável.	Não verificada
P4	A Faturação Eletrónica é mais vantajosa para as empresas do setor Privado do que para a AP.	Não verificada
P5	A Faturação Eletrónica é mais vantajosa para a AP do que para as empresas do setor Privado.	Verificada
P6	Há toda uma nova dinâmica no processo de transações entre as empresas do setor privado com a AP devido ao novo mecanismo de Faturação Eletrónica.	Verificada
P7	Os impactos da Faturação na relação entre as empresas do Setor Privado com a AP são irrelevantes.	Não verificada

□

Capítulo 5 - Conclusões

5.1 Principais conclusões

Este trabalho procurou fazer um acompanhamento e reflexão do atual funcionamento da Faturação Eletrónica nas transações de faturas, notas de crédito ou débito entre o Setor Privado com a AP, quais os principais impactos com a implementação e quais os resultados obtidos com a mesma.

Numa primeira fase procedeu-se a uma revisão de literatura, acerca da faturação Eletrónica, investigando o que realmente é a Faturação Eletrónica, como a mesma funciona, de que forma está a ser implementada na Administração Pública, quais os prazos e obrigatoriedade para a implementação da mesma e várias outras temáticas relacionadas. De seguida foi precedido a recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas para poder responder às questões de partida deste projeto.

As questões de partida, “Como está a ser implementado o processo de faturação eletrónica entre as entidades privadas e a Administração Pública?” e “Quais os principais impactos da implementação da faturação eletrónica nas organizações envolvidas?”, foram respondidas através do cumprimento dos quatro objetivos inicialmente estipulados, os mesmos foram cumpridos da seguinte forma:

1. Identificar o que é a Faturação Eletrónica.

Para cumprir este objetivo foi realizado um estudo específico na revisão de literatura acerca do tema, e o mesmo revelou que a Faturação Eletrónica, de forma resumida, é o processo completamente digital tanto de emissão, como de envio, de receção e de arquivo das faturas, que acontece totalmente por meio eletrónico. Através deste mecanismo pretende-se simplificar e agilizar todos os processos relacionados com a emissão deste tipo de documentos e combater a evasão fiscal, para além do demais, foi perguntado nas entrevistas semiestruturadas aos utilizadores de faturação eletrónica o que era para eles a Faturação Eletrónica e todos têm a mesma ideia que vai em conformidade com o que foi indicado na revisão de literatura.

2. Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado

Este objetivo foi cumprido através do estudo exploratório, sendo esse as entrevistas semiestruturadas. Nas entrevistas foi observado que o processo de implementação não diferenciou muito entre as empresas do Setor Privado e as Empresas da AP, este consistiu muito no contacto com alguma plataforma de Faturação Eletrónica, e estas com ajuda de algum colaborador das empresas tornam o mecanismo operacional configurando-o e ajustando-o conforme o sistema de faturação anterior. Em alguns casos foi necessário ser feito uma formação de pouco tempo e apesar de implementado o sistema, é necessário fazer uma constante atualização nas configurações sempre que existe um cliente novo ou fornecedor, o que devido à pouca adoção das empresas em Portugal a este mecanismo, tem vindo a ser um processo demorado.

3. Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;

Para atingir este objetivo foi utilizado como base o que foi mencionado nas entrevistas semiestruturadas e os maiores custos e dificuldades inerentes à implementação da Faturação Eletrónica foram os seguintes:

- É necessário um grande investimento para o mecanismo estar completamente integrado no sistema ERP da empresa;
- O grande número de plataformas de faturação torna difícil a configuração de novos parceiros de negócio na empresa;
- Há um grande entrave relativamente à sua utilização devido à pouca aderência das empresas de pequena/média dimensão;
- O formato EDI das Faturas Eletrónicas por vezes carece de dados necessários para a contabilização das mesmas;
- O pouco suporte/apoio do Estado para tornar este sistema uniforme e obrigatório implica uma tarefa acrescida às empresas de sensibilização dos seus parceiros;
- É necessário um grande esforço para mudar a mentalidade das empresas;
- Há uma grande necessidade de o sistema estar todo parametrizado para ser totalmente rentável a sua utilização;
- O custo das transações acaba por ser por vezes significativo, e é um aspeto que tem se controlar com frequência para a empresa poder faturar sem problemas.

4. Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado

Da mesma forma que o objetivo anterior, o cumprimento deste objetivo foi feito através das entrevistas semiestruturadas, estes foram os maiores benefícios da implementação da Faturação Eletrónica:

- O mecanismo permite uma melhor gestão das faturas;
- A plataforma de Faturação Eletrónica é apelativa e intuitiva;
- O processo de receção de faturas é mais simples, rápido, eficaz;
- Este mecanismo possibilita um tratamento contabilístico e correção de incongruências nas faturas mais atempadamente;
- Há uma melhoria na redução da utilização do papel, gastos em envios e etc.
- Há uma grande melhoria em problemas de extravio das faturas;
- O mecanismo permite uma grande diminuição da pegada ecológica, assim como o espaço ocupado para o arquivo morto das faturas;
- As Plataformas de Faturação Eletrónica em causa têm feito um grande apoio nas empresas.

5.2 Contributos para a comunidade científica e empresarial

A Faturação Eletrónica é um mecanismo evidente para o futuro das empresas em Portugal, no entanto por se tratar de uma temática recente utilizada por poucas empresas já a utiliza no seu dia a dia é inevitável existir uma falta de estudos na área em questão, daí a motivação para a realização deste projeto. Com o desenvolvimento deste projeto torna-se possível dar uma certa visibilidade do tema e tudo aqui mencionado pode ser replicado e mais aprofundado a quem pretenda, num futuro, realizar trabalhos semelhante. No ponto de vista empresarial, os futuros utilizadores da Faturação Eletrónica nas empresas têm aqui presente uma reflexão e descrição atual do novo mecanismo e quais os seus impactos nesta fase embrionária de implementação em Portugal. Às entidades responsáveis para o bom funcionamento da Faturação Eletrónica em Portugal, podem ter em consideração todas os entraves e recomendações das pessoas entrevistadas para tornarem este mecanismo completamente viável e tornar o processo de faturação e receção de faturas totalmente uniforme.

5.3 Limitações do estudo

As limitações do estudo partiram basicamente de a questão da temática ser bastante recente, ao ponto de ainda não ser uma realidade atual. Com isto a pesquisa de artigos e estudos a cerca da Faturação Eletrónica para dar apoio à revisão de literatura foi muito escassa, para além disso, como muito poucas empresas aderiram a este mecanismo, o processo de procura de utilizadores da Faturação Eletrónica das empresas tanto da AP como do Setor Privado, foi bastante demorado e complicado, o que implicou uma grande limitação deste estudo.

5.4 Propostas de investigação futura

Tendo em conta o que foi mencionado anteriormente, como se trata de um mecanismo recente, os problemas mencionados podem ser limitados apenas às empresas entrevistadas, por isso, futuramente quando mais empresas utilizarem regularmente a Faturação Eletrónica será possível aprofundar mais os impactos da Faturação Eletrónica nas empresas pois existiram mais opiniões a ter em consideração. Adjacente a isto, seria interessante fazer um estudo aprofundado de como será a realidade das empresas de pequena dimensão ou de caris familiar ao terem a obrigação da utilização da Faturação Eletrónica.

Foi mencionado numa das entrevistas a criação de uma plataforma que tornasse possível às empresas quando estão a configurar um novo cliente ou fornecedor no sistema ERP da empresa ou plataforma de Faturação Eletrónica, o que acabaria por ser um projeto pertinente de se fazer no futuro.

Referencias Bibliográficas

- Acepi. (2020). *Faturação eletrónica já permitiu poupanças acima dos 250 mil euros a mais de 400 empresas desde 2020*. <https://www.acepi.pt/pt/noticias/noticias/2022/faturacao-eletronica-ja-permitiu-poupancas-acima-dos-250-mil-euros-a-mais-de-400-empresas-desde-2020/> [acedido a 18/10/2022]
- ARTSOFT. (2021). *Faturação Eletrónica EDI: As Perguntas Frequentes das empresas (2021)*. <https://www.artsoft.pt/blog-inovacao/faturacao-eletronica-edi/> [acedido a 18/10/2022]
- ARTSOFT. (2022). *Faturação eletrónica em 2022 obriga a Assinatura Eletrónica Qualificada*. <https://www.artsoft.pt/blog-fiscalidade/faturacao-eletronica-2022/> [acedido a 18/10/2022]
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A Entrevista como Técnica de Investigação na Pesquisa Qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*.
- Carneiro, C. (2022). *A faturação eletrónica EDI às entidades públicas: Centro de Ajuda*. <https://ajuda-business.cloudware.pt/support/solutions/articles/6000251566-a-faturac%C3%A3o-eletr%C3%B3nica-edi-%C3%A0s-entidades-p%C3%BAblicas> [acedido a 18/10/2022]
- Confederação Empresarial de Portugal. (2012). *Síntese de Legislação Nacional e Comunitária*.
- Frias, C., Silva, D., Carvalheiro, I. & Ribeiro, R. (2017). Levantamento de Requisitos e Análise para um Sistema de Controle de Academia. *Revista Conexão Eletrônica*, 1694–1705.
- Diretiva nº 2010/45/UE, de 13 de julho, Jornal Oficial da União Europeia (2010).
- Diário da República. (2018). 5960 - Diário da República, 1.ª série - N.º 250, de 28 de dezembro. *Diário Da República, 1.ª Série — N.º 250 — 28 de dezembro de 2018*. <https://files.dre.pt/1s/2018/12/25000/0596005962.pdf>
- Dicas Fiscais. (2020). *A Fatura Eletrónica*. <https://dicasfiscais.com/a-fatura-eletronica/> [acedido a 18/10/2022]
- Código dos Contratos Públicos (CCP), Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29 (2008).
- eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública. (2022). *eSPap | Serviços Partilhados de Finanças*. <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5> [acedido a 18/10/2022]

- European Committee for Standardization. (2022). *CEN-CENELEC*. <https://www.cencenelec.eu/about-cen/> [acedido a 18/10/2022]
- Reis, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado* (Pactor, Ed.).
- Monteiro, F. G. R. (2011). *As parcerias entre a Escola e as entidades da comunidade-estudo dos casos de um Agrupamento de Escolas e de uma Escola Secundária*.
- Ganho, F. N. A. (2018). *Implementação de uma rede EDI entre Parceiros de Negócio*. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro, Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05, páginas 277 - 279 (2019).
- Despacho 49/2022-XXIII, Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (2022).
- GS1 Portugal-CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos. (2006). *Factura Eletrónica GS1 EANCOM® - Guia de Implementação*.
- HBI - Consultoria & Soluções Tecnológicas. (2022). *Novas regras da faturação eletrónica: o que muda a partir de 1 de julho de 2022 (PDF)*. <https://hbi.pt/legislacao-fiscal/novas-regras-da-faturacao-eletronica-o-que-muda-a-partir-de-1-de-julho-de-2022-pdf/> [acedido a 18/10/2022]
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2015). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem* (Universidade Aberta, Ed.).
- Correa J., Maggessi A., Cantanhede, B., Gonzalez, C., Chermont J., Figueira, J., Santos, L. R., Bechara, M., Clemen, P., Mathias, R., Meireles, R., & Chagas, S. (2009). *Marketing: a Teoria em prática* (Senac, Ed.; 1ª).
- Koch, B. (2014). *E-Invoicing / E-Billing International Market Overview & Forecast*.
- Koch, B. (2018). *E-Invoicing / E-Billing International Market Overview & Forecast*.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (Persona, Ed.).
- Ludke, M., & André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*.
- Pardal, L., & Lopes, E, S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social* (Areal Editores, Ed.).
- Freixo, M, J, V. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas* (Instituto Piaget, Ed.).

- Gomes, M. P. (2022). *O que é faturação eletrónica e as vantagens para empresas?* <https://pt.primaverabss.com/pt/blog/faturacao-eletronica-vantagens/> [acedido a 18/10/2022]
- Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação: da concepção à realização* (Loures: Lusociência, Ed.; 5ª Edição).
- Martins, A. R., & Alturas, B. (2016). Organizational impact of implementing an ERP module in Portuguese SME. *2016 11th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, 1–6. <https://doi.org/10.1109/CISTI.2016.7521542> [acedido a 18/10/2022]
- Cardoso, B. M. A., & Coentro, R. (2012). *EDI e a Fatura Eletrónica Redes Colaborativas e Desmaterialização Arquiteturas, Sistemas e Redes*.
- Minayo, M. C. de S., & C. A. P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*.
- Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio, Diário da República n.º 93/2007, Série I de 2007-05-15 (2007).
- Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, Diário da República n.º 164/2012, Série I de 2012-08-24, páginas 4666 - 4677 (2012).
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29, páginas 753 - 852 (2008).
- Malhotra, N. K. (2004). *Pesquisa de Marketing - Uma Orientação Aplicada* (BOOKMAN, Ed.).
- Diretiva n.º 2014/55/UE, de 16 de abril, faturação eletrónica nos contratos públicos Texto relevante para efeitos do EEE (2014).
- Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, Diário da República n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31, páginas 1894 - 2052 (2017).
- Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, Diário da República n.º 250/2018, Série I de 2018-12-28 (2018).
- Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, Diário da República n.º 33/2019, Série I de 2019-02-15 (2019).
- Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, Diário da República n.º 69/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-07, páginas 2 - 3 (2020).

- Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, Diário da República n.º 230-A/2021, Série I de 2021-11-27, páginas 2 - 21 (2021).
- Decreto-Lei n.º 42-A/2022 de 30 de junho, Diário da República n.º 125/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-06-30, páginas 2 - 7 (2022).
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em ciências Sociais* (Gradiva, Ed.).
- Recomendação da Comissão, de 19 de outubro de 1994 relativa aos aspectos jurídicos da transferência electrónica de dados. (1994). *Jornal Oficial Das Comunidades Europeias*.
- Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho. (2014). *Jornal Oficial Da União Europeia*.
- Silva, M. M. D. (2003). *Integração de sistemas de informação*. FCA.
- Almeida, D. (2009). *Assinatura Electrónica Qualificada*. Instituto Superior Técnico.
- UMIC. (2011). *Guia da factura electrónica, Contributo para a modernização das empresas e do estado* (2ª).

Anexos

Anexo A

Guião/Roteiro para as entrevistas

Objetivos (questão de pesquisa a ser investigada)	Perguntas
Introdução	1) Apresentação do entrevistado: <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o nome do entrevistado? 2. Qual a sua idade? 3. Qual a sua formação académica? 4. Qual o seu cargo na empresa? 2) Apresentação da Empresa: <ol style="list-style-type: none"> 1. Em que ramo a sua empresa se enquadra? 2. Qual o setor (publico ou privado) da empresa em que trabalha? 3. Qual a dimensão da empresa? 3) Cuidados éticos (aviso da gravação da entrevista e da publicação da mesma).
Contextualização: Entender no que o entrevistado está a trabalhar para sustentar as perguntas do roteiro. Colocar a experiência do entrevistado no contexto do assunto investigado, encorajando o entrevistado a falar, de uma forma geral, sobre suas experiências com a faturação eletrónica.	4) A sua empresa utiliza Faturação Eletrónica? 5) Quando começou a utilizar? 6) Faturação eletrónica está presente no dia a dia da empresa? 7) Qual plataforma de Faturação Eletrónica utiliza?
OBJ1.: Identificar o que é a faturação eletrónica	8) Diga o que entende por Faturação Eletrónica? 9) Em que circunstâncias utiliza a Faturação Eletrónica? 10) Qual a sua relação com a Administração Pública relativamente à Faturação? (<i>no caso de ser empresa do setor privado</i>) 11) Qual a sua relação com o setor privado relativamente à Faturação dos mesmos? (<i>no caso de ser empresa do setor privado</i>)
OBJ2.: Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado	12) Como correu a implementação deste mecanismo de Faturação? 13) Quanto tempo demorou a ser implementado (data de início e fim)? 14) Quem esteve envolvido neste processo? 15) Quais os custos associados à implementação, utilização e manutenção da Faturação Eletrónica? 16) Que recursos são exigidos para a utilização da Faturação Eletrónica? 17) De um modo geral, quais foram as etapas realizadas pela empresa para meter este mecanismo funcional?
OBJ3. Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica	18) Quais as dificuldades da empresa na adoção da Faturação Eletrónica? 19) Que aspetos gostaria de ver melhorados?

OBJ4. Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado	20) Que benefícios a Faturação Eletrónica trouxe à Empresa? 21) Recomendaria este novo mecanismo de Faturação? 22) Qual a sua Opinião final sobre este Assunto?
Finalização	Agradecimentos pela participação e contribuição. Menção sobre a disponibilização dos resultados desta pesquisa.

Anexo B

Formulário de Contacto de Alexandra Aldeias – Instituto Politécnico de Setúbal

Tipo de Contacto:	Entrevista	Local:	Video chamada
Visita		Data do contacto:	06/07/2022
Telefone	Duração: 15 min		Data atual:
Outro	Video Chamada	Entidade:	Instituto Politécnico de Setúbal
Pessoa contactada:	Alexandra Aldeias	Obs.:	Trata-se de uma empresa pública de Grande dimensão
Função / Cargo:	Técnica Superior da área de aprovisionamento		

1 – Principais temas abordados neste contacto.

Os principais temas abordados foram:

- Identificar o que é a faturação eletrónica na ótica do entrevistado;
- Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público;
- Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração;

2 – Síntese da informação e documentos recolhidos.

-Identificação da Faturação Eletrónica:

É um processo de receção de faturas ou outros documentos fiscalmente relevantes onde tudo é recebido e tratado eletronicamente fugindo ao antigo PDF com assinatura digital. É um documento que é logo integrado no sistema.

O instituto Politécnico de Setúbal (IPS) neste momento encontra se operacional para receber faturas relativas a bens e serviços tanto do setor privado como o setor publico.

No entanto algumas empresas, geralmente de pequena dimensão ainda não aderiram a este mecanismo.

- Os processos envolvidos na implementação e manutenção da Faturação Eletrónica:

O processo de implementação partiu todo dos órgãos de chefia e não passou pela entrevistada.

A entrevistada apenas teve de aprender como funcionaria o novo método de faturação para incluir nas suas tarefas diárias.

- Os custos e dificuldades associados à implementação da Faturação Eletrónica:

O número de plataformas de faturação eletrónica é demasiado elevado o que torna difícil a gestão interna nas configurações das entidades na plataforma de faturação eletrónica em utilização.

A plataforma utilizada a ESPAP é uma solução gratuita logo não tem custos diretos associados, e esta fornece também apoio técnico na utilização e configuração da plataforma.

No entanto será necessário fazer um investimento muito alto para poder integrar diretamente os dados fornecidos da ESPAP para o sistema ERP (Primavera) na empresa, por isso, a empresa ainda passa por um processo bastante manual desde descarregar os ficheiros da ESPAP e transferir para o Primavera, sendo isto um aspeto a melhorar na ótica da entrevistada.

-Os Benefícios da Faturação Eletrónica:

A Plataforma de faturação Eletrónica, a ESPAP, é de fácil gestão, rápido e apelativo a nível visual. Este também tem a funcionalidade de nos casos de incongruências da fatura, a solicitação de uma nota de crédito para corrigir a mesma de forma mais fácil e de maior rapidez.

Para além disso é nítido a melhoria na simplicidade e velocidade do trabalho.

Este mecanismo é recomendado se houvesse uma solução de faturação Eletrónica comum para todas as entidades.

3 – Outros aspetos relevantes que ressaltaram deste contacto.

A entrevistada acha que este processo está atualmente pouco preparado para se tornar obrigatório, uma vez que há diversas empresas que, por exemplo, ainda usam a fatura manual e estas por vezes nem têm um sistema informático que permita a utilização da faturação eletrónica.

No entanto a entrevistada acha que temos de começar por algum lado e valoriza o Estado por tentar sensibilizar as grandes empresas.

4 – Novas questões ou aspetos a considerar nos próximos contactos.

Num próximo contacto era interessante saber como é o funcionamento e o processo de faturação da empresa.

Anexo C

Formulário de Contacto de Carla Rosário – Instituto Politécnico de Setúbal

Tipo de Contacto:	Entrevista	Local:	Video chamada
Visita	Duração: 20 min	Data do contacto:	13/07/2022
Telefone		Data atual:	09/08/2022
Outro	Video Chamada	Entidade:	Instituto Politécnico de Setúbal
Pessoa contactada:	Carla Rosário	Obs.:	Trata-se de uma empresa pública de Grande dimensão
Função / Cargo:	Chefe de Divisão		

1 – Principais temas abordados neste contacto.

Os principais temas abordados foram:

- Identificar o que é a faturação eletrónica na ótica do entrevistado;
- Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado;
- Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado;

2 – Síntese da informação e documentos recolhidos.

-Identificação da Faturação Eletrónica:

É uma forma de garantir uma maior transparência nas transações entre os diversos operadores económicos assim como a sua autenticidade, possibilitando logo os registos dos documentos de forma automática. É um mecanismo que o Estado criou para ser conhecedor de todas as transações das empresas.

- Os processos envolvidos na implementação e manutenção da Faturação Eletrónica:

A faturação eletrónica à data é realizada apenas nas transações com fornecedores de grande dimensão através da plataforma ESPAP, e o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) já se encontra preparado para emitir faturas usando o TOC ONLINE.

O IPS utiliza o portal da ESPAP para o rececionamento das faturas dos fornecedores, no entanto não utiliza todas as suas funcionalidades, uma vez que o programa não está diretamente ligado ao sistema ERP da empresa (o Primavera), o que torna o processo manual, quase semelhante à impressão do documento e lançamento manual.

De certa forma, a entrevistada acha que a implementação não foi completamente bem-sucedida, uma vez que o IPS não está a usufruir de todas as funcionalidades existentes.

Para a implementação deste programa de faturação eletrónico, o IPS ofereceu-se para ser piloto neste novo projeto, tendo de participar em reuniões específicas da ESPAP onde eram explicados as coisas básicas e o funcionamento da plataforma.

Estas reuniões iniciaram se por volta de novembro de 2020 e tiveram uma duração de 3 horas, e teve a participação de colaboradores do departamento das compras, uma vez que eles é que iriam ter maior contacto com a faturação eletrónica.

- Os custos e dificuldades associados à implementação da Faturação Eletrónica:

Como mencionado anteriormente, devido aos altos custos de implementação e ligação dos sistemas ERP da empresa com a plataforma ESPAP, a empresa não está a utilizar todas as vantagens da faturação eletrónica, apenas utiliza o mínimo obrigatório imposto pela lei.

Os adiamentos e a falta de comunicação do Estado têm prejudicado o bom funcionamento do mecanismo, o mercado português não está de todo preparado para este novo mecanismo, pois as empresas de pequenas dimensões não têm a possibilidade de emitir as faturas via eletronicamente

A plataforma da ESPAP é completamente gratuita, no entanto para poderem emitir faturas (caso haja necessidade) no TOC ONLINE, foi necessário comprar uma licença anula de cerca de 50 euros tendo de ser renovada. No entanto o IPS solicitou uma proposta ao sistema ERP para poder fazer as configurações necessárias para o mecanismo poder estar ligado diretamente à plataforma de faturação eletrónica e o valor da proposta rondava os seis mil euros.

Para além destes custos, seria necessária uma alteração de metodologia dos métodos de trabalho referente aos recursos humanos, dentro dos departamentos da empresa.

Para a entrevistada, algo a ser melhorado seria: o Estado tem de fazer um investimento na educação das pequenas empresas para adotarem o mecanismo de faturação eletrónica, e não encarregar essa função às empresas da AP que já utilizam. Por outro lado, tem de haver uma maior sensibilidade das empresas de pequena dimensão para de facto fazerem um esforço para aderirem a esse mecanismo.

-Os Benefícios da Faturação Eletrónica:

Não sendo o espectável para a empresa até à data uma vez que o mecanismo não está completo, os maiores benefícios à partida são: a redução de tempo e a simplificação dos processos de contabilização. Outro benefício é o facto de haver uma maior sistematização da informação disponível na plataforma.

O mecanismo é recomendado pela entrevistada, mas, no entanto, a mesma acha que será muito difícil as empresas aderirem tão rapidamente como é desejável.

3 – Outros aspetos relevantes que ressaltaram deste contacto.

O Estado, ou entidades responsáveis, têm de fazer um maior esforço e ter maior responsabilidade para meter o mecanismo a funcionar uniformemente entre todas as empresas, essa tarefa não pode ser atribuída às empresas da AP que já têm tido as suas próprias dificuldades a meter os seus próprios sistemas operacionais.

Na opinião da entrevistada, a obrigatoriedade é que vai ser o impulsionador da adoção deste mecanismo em todas as empresas em contexto nacional.

4 – Novas questões ou aspetos a considerar nos próximos contactos.

Numa ocasião futura, após os sistemas estarem todos devidamente integrados, perguntar qual a maior diferença do que estava antes da faturação eletrónica, para o que está agora.

Anexo D

Formulário de Contacto de Cláudia Sá – Universidade Nova de Lisboa

Tipo de Contacto:	Entrevista	Local:	Video chamada
Visita	Duração: 25 min	Data do contacto:	04/08/2022
Telefone		Data atual:	09/08/2022
Outro	Video Chamada	Entidade:	Universidade Nova de Lisboa
Pessoa contactada:	Claúdia Sá	obs.:	Trata-se de uma empresa pública de Grande dimensão
Função / Cargo:	Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria		

1 – Principais temas abordados neste contacto.

Os principais temas abordados foram:

- Identificar o que é a faturação eletrónica na ótica do entrevistado;
- Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado;
- Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado;

2 – Síntese da informação e documentos recolhidos.

-Identificação da Faturação Eletrónica:

É o processo de envio/emissão, receção, processamento e arquivo em formato EDI dos documentos fiscalmente relevantes.

A empresa neste momento apenas utiliza este mecanismo na relação com fornecedores, ou seja, no rececionamento de faturas de despesas ou compras.

É referido que a faturação eletrónica é um processo completamente distinto dos PDF 's com assinatura qualificada.

- Os processos envolvidos na implementação e manutenção da Faturação Eletrónica:

O processo de implementação correu bem, no entanto o processo de “roll-out” teve alguns entraves devido ao facto de alguns fornecedores, apesar de terem ligação com a plataforma de faturação eletrónica (Saphety), não emitem as faturas em formato EDI.

A Implementação do mecanismo teve início a novembro de 2019 e teve uma duração de quatro a cinco meses, começando a trabalhar em pleno a abril de 2020

Este processo teve a participação do ERP da empresa (a Quidgest), a plataforma de faturação eletrónica (a Saphety) e a nível interno foi destacada a administradora executiva dos serviços de apoio à fundação e as unidades dos serviços de contabilidade, de contratação pública e a unidade de suporte tecnológico.

As etapas para tornar este mecanismo funcional, foi feito um levantamento de requisitos para identificar o que a empresa iria precisar, foi feita uma plataforma de testes após aceder a todos os requisitos necessários e após terem envolvido e parametrizado todas as integrações necessárias, isto para poder fazer todos os testes necessários para identificar alguma incongruência e por fim foi estipulado um dia para a entrada em produção onde a Saphety fez um acompanhamento durante um mês até a empresa se tornar autónoma.

- Os custos e dificuldades associados à implementação da Faturação Eletrónica:

O volume de receção de faturas dos fornecedores tem sido abaixo do espectável, cerca de 25% das despesas, uma vez que o adiamento na obrigatoriedade da faturação eletrónica tem feito com que as empresas não adiram ao mecanismo, outro motivo que a entrevistada acha que é a razão para a não adesão na faturação eletrónica é porque as empresas continuam a não ver a mais-valia neste mecanismo. A entrevistada acha alarmante muitas empresas mesmo de carácter público que tem um volume muito grande de faturação com a Universidade Nova de Lisboa, não estão ainda a utilizar as faturas em formato EDI.

O formato EDI por vezes não tem a informação necessária e pertinente para a contabilização de documentos, exemplos disso são: a taxa utilizada nas faturas não vem descrita no ficheiro EDI (se é a iva a 6% ou a 23%) e as faturas das seguros ou de licenciamentos, que numa fatura normal vem descrito o período a que abrange o serviço, em formato EDI não é possível observar estes dados, sendo obrigatório requisitar a Fatura em formato PDF em ambos estes casos.

Os custos associados ao processo de implementação rondou os setenta mil euros e a entrevistada assume que este valor de facto é demasiado elevado para as outras empresas, a nível de manutenção o valor anual ronda praticamente o mesmo valor de implementação (quarenta mil para a manutenção de sistemas mais trinta mil para os restantes custos) e nesses restante custos estão incluídos as Licenças e o custo por cada transação da empresa, a empresa utiliza também a plataforma para transformar as faturas em PDF em ficheiros OCR (optical character recognition), daí o valor ser alto, pois abrange já todas as transações de despesas e compras da empresa.

A empresa utiliza como recursos, os servidores, o seu ERP e a plataforma da Saphety.

Os aspetos a melhorar foram mencionados nas dificuldades anteriores.

-Os Benefícios da Faturação Eletrónica:

A faturação Eletrónica para além de tornar todo o processo de faturação mais simples, este veio a trazer uma melhoria significativa no tempo de envio e distribuição dos documentos, a anulação do problema do extravio das mesmas seja nos correios, seja a nível interno dentro das organizações de grande dimensão assim como o arquivo desses documentos, que ao fim de algum tempo começa a necessitar de salas e armazéns apenas específicos só para o “arquivo morto”. Outro grande benefício e no ponto de vista do fornecedor, se a fatura vem mais cedo e é tratada mais rapidamente, a mesma será também paga mais rapidamente, até mesmo no processo de devolução da fatura e criação de uma nota de crédito, o processo é mais rápido e automático. É de mencionar também no ponto de vista social a diminuição da fatura em papel, vem melhorar o meio ambiente.

Este mecanismo é recomendado pois o número de empresas a utilizar este mecanismo ainda é bastante reduzido, e com maior adesão de outras empresas, este investimento começa a dar frutos.

3 – Outros aspetos relevantes que ressaltaram deste contacto.

A entrevistada acha que para os problemas referidos por ela anteriormente, se forem referidos por mais empresas, a correção dos mesmos será tratada mais atempadamente, mas para isso são necessárias as empresas aderirem a este mecanismo.

4 – Novas questões ou aspetos a considerar nos próximos contactos.

Após a entrevista, os pontos foram todos esclarecidos.

Anexo E

Formulário de Contacto de João Pequito – PSE

Tipo de Contacto:	Entrevista	Local:	Video chamada
Visita	Duração: 15 min	Data do contacto:	06/07/2022
Telefone		Data atual:	09/08/2022
Outro	Video Chamada	Entidade:	PSE
Pessoa contactada:	João Pequito	obs.:	Trata-se de uma empresa Privada de Média dimensão
Função / Cargo:	Diretor Geral		

1 – Principais temas abordados neste contacto.

Os principais temas abordados foram:

- Identificar o que é a faturação eletrónica na ótica do entrevistado;
- Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor privado;
- Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz ao sector privado;

2 – Síntese da informação e documentos recolhidos.

-Identificação da Faturação Eletrónica:

É um mecanismo de envio de faturas via EDI, através da plataforma YET, para empresas Pública que já têm esse mecanismo de receção operacional.

A administração publica tem um peso muito grande nas vendas da empresa logo, todas as suas vendas à mesma requerem o sistema de Faturação Eletrónica.

- Os processos envolvidos na implementação e manutenção da Faturação Eletrónica:

Foi um processo muito simples devido à instituição que implementou este mecanismo, inicialmente houve bastante incerteza em qual fornecedor escolher para implementar este mecanismo, mas optou-se por seguir o contrato com atual sistema ERP (Primavera) que tinha ligação direta com a YET.

A implementação deste sistema, que teve a intervenção do suporte técnico da empresa implementadora e o técnico de informática da PSE, teve uma duração de uma semana (iniciado em 2020), no entanto, é

um processo “on-going” uma vez que cada vez que surge um cliente com o sistema de Faturação Eletrónico operacional, é necessário fazer modificações ao atual sistema da empresa.

As etapas para o sistema de Faturação Eletrónica ficar operacional foram: A preparação dos Sistemas atuais para poderem faturar eletronicamente e foi feito um processo de recolha de dados das organizações que já tinham o mecanismo de faturação para preparar as configurações no próprio sistema.

- Os custos e dificuldades associados à implementação da Faturação Eletrónica:

Uma das maiores dificuldades com a Faturação Eletrónica é o facto de ser um mecanismo bastante recente e devido a vários adiamentos na obrigatoriedade da mesma, muitas empresas que assumiam ter o sistema operacional para receber as Faturas via eletronicamente, no entanto algumas não estavam de todo aptas para as receber e o sistema, da PSE, assume que foram entregues, mas há sempre uma incerteza e uma necessidade de ir confirmar com as entidades em questão. Isto implica uma dificuldade na hora da cobrança uma vez que as empresas podem não ter recebido a Fatura.

O custo de implementação inicial, para a PSE, é considerado baixo, no entanto a necessidade de comprar pacotes de transações eletrónicas, e acaba por ficar um custo elevado para a empresa.

A nível de recursos da empresa, não houve nenhuma alteração do que havia antes da faturação eletrónica, a única diferença é criação de uma nova tarefa para o pessoal informático para configurar os novos fornecedores.

Os aspetos a melhorar neste mecanismo a nível interno é nulo, a única coisa desejável de se melhorar seria das empresas externas, a quem eles emitem faturas, consigam se fixar num fornecedor de faturação eletrónica e que não mudem, pois isso requer fazer uma alteração em todas as configurações já existentes, e isso requer mais custos para a empresa.

-Os Benefícios da Faturação Eletrónica:

O maior benefício da faturação Eletrónica é o facto de a mesma chegar mais atempadamente ao destinatário, não tendo a intervenção de correios, e o processo de cobrança é feito mais rapidamente

Este mecanismo é recomendado por parte do Entrevistado desde que o mesmo esteja estabilizado e seja uniforme entre todas as entidades.

3 – Outros aspetos relevantes que ressaltaram deste contacto.

O entrevistado apesar de achar que este mecanismo tem as suas vantagens e desvantagens, este é um grande negócio para as empresas que implementam a faturação Eletrónica, porque apesar na redução dos custos por exemplo de envio das faturas por correio, agora tem se os custos por transações.

4 – Novas questões ou aspetos a considerar nos próximos contactos.

Após a entrevista, os pontos foram todos esclarecidos.

Anexo F

Formulário de Contacto de Ana Vitorino – MICROMIL

Tipo de Contacto:	Entrevista	Local:	Video chamada
Visita	Duração: 30 min	Data do contacto:	22/07/2022
Telefone		Data atual:	09/08/2022
Outro	Video Chamada	Entidade:	MICROMIL
Pessoa contactada:	Ana Vitorino	obs.:	Trata-se de uma empresa Privada de pequena e média dimensão
Função / Cargo:	Administradora/Diretora Financeira		

1 – Principais temas abordados neste contacto.

Os principais temas abordados foram:

- Identificar o que é a faturação eletrónica na ótica do entrevistado;
- Identificar e compreender os processos envolvidos na implementação da faturação eletrónica, no setor público e privado;
- Identificar quais os custos e dificuldades inerentes à implementação da faturação eletrónica;
- Esclarecer que benefícios a faturação eletrónica traz à administração pública bem como ao sector privado;

2 – Síntese da informação e documentos recolhidos.

-Identificação da Faturação Eletrónica:

É um documento digital mais fidedigno que substitui a fatura em PDF, é o meio de transação de faturas com entidades publicas utilizando o parceiro YET (plataforma de faturação Eletrónica) como intermediário.

A empresa utiliza a faturação eletrónica via EDI nas transações com a AP (que tem um peso grande nas suas vendas) a partir do momento que se começou a falar da obrigatoriedade da mesma, as restantes vendas a clientes do setor privado ainda são feitas via PDF com assinatura digital.

- Os processos envolvidos na implementação e manutenção da Faturação Eletrónica:

O processo para poder faturar eletronicamente parte do estabelecimento de um contacto com o novo cliente a quem se irá faturar bens, onde se procura tirar informações desde qual o parceiro de faturação

eletrónica e se este já tem ligação EDI. Posteriormente essa informação é transmitida à YET em parceria com o sistema Primavera (atual ERP da empresa) vai indicar quais as configurações necessárias a fazer na criação deste cliente novo, e porventura estar operacional para facturamento. Um pormenor importante é no processo de faturação o código do artigo do bem vendido tem de ser comum ao código do artigo do cliente, para facilitar os dados EDI no momento do rececionamento da fatura na empresa cliente, e isto difere de cliente para cliente, e tudo precisa de ser configurado.

Tem sido um processo gradual, depende da adoção dos clientes para o novo sistema, pois muitas empresas, inclusive, publicas a quem faturam, ainda não têm o sistema de faturação eletrónica operacional.

A implementação deste sistema iniciou-se em novembro de 2020 e até estar completamente funcional, sem quaisquer erros, teve uma duração aproximada de um ano, sendo a YET com a ajuda da assistente administrativa financeira da empresa que meteram o sistema 100% operacional.

- Os custos e dificuldades associados à implementação da Faturação Eletrónica:

A maior dificuldade deste sistema de faturação eletrónico à partida foi a alteração de mentalidade e de processos de faturação quer a nível interno como a nível externo, especialmente a nível externo noutras empresas.

O custo inicial deste sistema em 2020 foi de mil euros e a manutenção baseia-se no pagamento de cerca de trezentos euros trimestrais onde estão incluídos as licenças digitais e os packs de transações EDI, que são cerca de cem transações por mês, no caso de ultrapassar esse valor de transações, é obrigatório adquirir outro pack de transações. Não foi necessário fazer um investimento no software da empresa e no ERP uma vez que essas atualizações já se encontravam incluídas na avença do Primavera.

Para a empresa, para além desses custos, foi necessário uma formação específica para a assistente administrativa financeira da empresa.

Um aspeto a ser melhorado, ou sugestão de melhoria, seria a criação de uma plataforma universal para todos os sistemas de faturação eletrónica, onde fosse possível retirar todas as informações dos parceiros de faturação eletrónica dos clientes para ser mais fácil a criação desses mesmos clientes. Para evitar que haja a necessidade de contacto direto com o cliente para estas questões de configurações técnicas.

-Os Benefícios da Faturação Eletrónica:

A plataforma YET tem sido extremamente prestável na opinião da entrevistada no que toca a esclarecimento de dúvidas, por mais insignificantes que sejam, e de suporte técnico.

Houve de facto uma redução substancial nos custos de impressão e de envio por correio das faturas. Para não falar da melhoria na pegada ecológica.

O Processo de facturamento torna-se muito mais simples e direto, desde que esteja tudo bem parametrizado.

Este mecanismo é recomendado por parte da entrevistada, devido a todos os benefícios que o mesmo traz à empresa e apesar das dificuldades, a plataforma de faturação eletrónica utilizada tem feito um apoio notável a atender todas as questões.

3 – Outros aspetos relevantes que ressaltaram deste contacto.

A entrevistada não olha para este mecanismo como uma obrigação, mas sim como uma responsabilidade que todas as empresas deveriam de ter para uniformizar e tornar mais dinâmico o mercado no ponto de vista do facturamento.

No que depender da entrevistada, ela irá ajudar todos os seus clientes e fornecedores para tornar este mecanismo 100% funcional e viável.

4 – Novas questões ou aspetos a considerar nos próximos contactos.

Num próximo contacto perguntar como tem sido o processo de faturação eletrónico a empresas do setor privado.

Anexo G

Tabelas de análise de conteúdo das entrevistas da Administração Pública

Categories	Subcategorias	Entrevistado	Unidade de Registo
Implementação e utilização da Faturação Eletrónica	Faturação eletrónica na empresa	Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	A Faturação Eletrónica é uma forma de garantir uma maior transparência nas transações entre os diversos operadores económicos assim como a sua autenticidade, possibilitando logo os registos dos documentos de forma automática. É um mecanismo que o Estado criou para ser conhecedor de todas as transações das empresas.
		Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal	A Faturação Eletrónica é um processo de receção de faturas ou outros documentos fiscalmente relevantes onde tudo é recebido e tratado eletronicamente fugindo ao antigo PDF com assinatura digital. É um documento que é logo integrado no sistema.
		Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa	É o processo de envio/emissão, receção, processamento e arquivo em formato EDI dos documentos fiscalmente relevantes. Este é um processo completamente distinto dos PDF 's com assinatura qualificada.
		Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	A faturação eletrónica à data é realizada apenas nas transações com fornecedores de grande dimensão através da plataforma ESPAP, e o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) já se encontra preparado para emitir faturas usando o TOC ONLINE.

	Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal	O instituto Politécnico de Setúbal (IPS) neste momento encontra se operacional para receber faturas eletrónicas relativas a bens e serviços tanto do setor privado como o setor publico. No entanto algumas empresas fornecedoras, geralmente de pequena dimensão ainda não aderiram a este mecanismo.
	Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa	A empresa neste momento apenas utiliza este mecanismo na relação com fornecedores, ou seja, no rececionamento de faturas de despesas ou compras. No entanto, apesar de possível a empresa já se encontra disponível para faturar eletronicamente utilizando a mesma plataforma, no entanto os seus clientes ainda não têm o sistema operacional para as receber
Processo de implementação	Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	O IPS utiliza o portal da ESPAP para o rececionamento das faturas dos fornecedores, este não utiliza todas as suas funcionalidades, uma vez que o programa não está diretamente ligado ao sistema ERP da empresa (o Primavera), o que torna o processo manual, quase semelhante à impressão do documento e lançamento manual. De certa forma, a entrevistada acha que a implementação não foi completamente bem-sucedida, uma vez que o IPS não está a usufruir de todas as funcionalidades existentes.
	Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal	O processo de implementação partiu todo dos órgãos de chefia e não passou pela mesma.

		<p>Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa</p>	<p>O processo de implementação correu bem, no entanto o processo de “roll-out” teve alguns entraves devido ao facto de alguns fornecedores, apesar de terem ligação com a plataforma de faturação eletrónica (Saphety), não emitem as faturas em formato EDI. A Implementação do mecanismo teve início a novembro de 2019 e teve uma duração de quatro a cinco meses, começando a trabalhar em pleno a abril de 2020</p>
		<p>Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal</p>	<p>Para a implementação deste programa de faturação eletrónico, o IPS ofereceu-se para ser piloto neste novo projeto. A plataforma da ESPAP é completamente gratuita, no entanto para poderem emitir faturas (caso haja necessidade) no TOC ONLINE, foi necessário comprar uma licença anual de cerca de 50 euros tendo de ser renovada. No entanto o IPS solicitou uma proposta ao sistema ERP para poder fazer as configurações necessárias para o mecanismo poder estar ligado diretamente à plataforma de faturação eletrónica e o valor da proposta rondava os seis mil euros.</p>
		<p>Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal</p>	<p>A plataforma utilizada a ESPAP é uma solução gratuita logo não tem custos diretos associados, e esta fornece também apoio técnico na utilização e configuração da plataforma. No entanto será necessário fazer um investimento muito alto para poder integrar diretamente os dados fornecidos da ESPAP para o sistema ERP (Primavera) na empresa</p>

		<p>Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa</p>	<p>Este processo teve a participação do ERP da empresa (a Quidgest), a plataforma de faturação eletrónica (a Saphety) e a nível interno foi destacada a administradora executiva dos serviços de apoio à fundação e as unidades dos serviços de contabilidade, de contratação pública e a unidade de suporte tecnológico. Os custos associados ao processo de implementação rondou os setenta mil euros e a entrevistada assume que este valor de facto é demasiado elevado para as outras empresas, a nível de manutenção o valor anual ronda praticamente o mesmo valor de implementação (quarenta mil para a manutenção de sistemas mais trinta mil para os restantes custos) e nesses restante custos estão incluídos as Licenças e o custo por cada transação da empresa, a empresa utiliza também a plataforma para transformar as faturas em PDF em ficheiros OCR (optical character recognition), daí o valor ser alto, pois abrange já todas as transações de despesas e compras da empresa.</p>
		<p>Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal</p>	<p>Será necessária uma alteração de metodologia dos métodos de trabalho referente aos recursos humanos, dentro dos departamentos da empresa.</p>
		<p>Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal</p>	<p>A mesma não tem a certeza.</p>
		<p>Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa</p>	<p>A empresa utiliza como recursos, os servidores, o seu ERP e a plataforma da Saphety.</p>

		<p>Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal</p>	<p>O IPS teve de participar em reuniões específicas da ESPAP onde eram explicados as coisas básicas e o funcionamento da plataforma. Estas reuniões iniciaram se por volta de novembro de 2020 e tiveram uma duração de 3 horas, e teve a participação de colaboradores do departamento das compras, uma vez que eles é que iriam ter maior contacto com a faturação eletrónica.</p>
		<p>Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal</p>	<p>A entrevistada apenas teve de aprender como funcionaria o novo método de faturação para incluir nas suas tarefas diárias.</p>
		<p>Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa</p>	<p>As etapas para tornar este mecanismo funcional, foi feito um levantamento de requisitos para identificar o que a empresa iria precisar, foi feito uma plataforma de testes após aceder a todos os requisitos necessários e após terem envolvido e parametrizado todas as integrações necessárias, isto para poder fazer todos os testes necessários para identificar alguma incongruência e por fim foi estipulado um dia para a entrada em produção onde a Saphety fez um acompanhamento durante um mês até a empresa se tornar autónoma.</p>

Impactos da Faturação eletrónica	Desvantagens da faturação Eletrónica	Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	Como mencionado anteriormente, devido aos altos custos de implementação e ligação dos sistemas ERP da empresa com a plataforma ESPAP, a empresa não está a utilizar todas as vantagens da faturação eletrónica, apenas utiliza o mínimo obrigatório imposto pela lei. Os adiamentos e a falta de comunicação do Estado têm prejudicado o bom funcionamento do mecanismo, o mercado português não está de todo preparado para este novo mecanismo, pois as empresas de pequenas dimensões não têm a possibilidade de emitir as faturas via eletronicamente
		Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal	O número de plataformas de faturação eletrónica é demasiado elevado o que torna difícil a gestão interna nas configurações das entidades na plataforma de faturação eletrónica em utilização.
		Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa	O volume de receção de faturas dos fornecedores tem sido abaixo do espectável, cerca de 25% das despesas, uma vez que o adiamento na obrigatoriedade da faturação eletrónica tem feito com que as empresas não adiram ao mecanismo, outro motivo que a entrevistada acha que é a razão para a não adesão na faturação eletrónica é porque as empresas continuam a não ver a mais-valia neste mecanismo. A entrevistada acha alarmante muitas empresas mesmo de carácter publico que tem um volume muito grande de faturação com a Universidade Nova de Lisboa, não estão ainda a utilizar as faturas em formato EDI. O formato EDI por vezes não tem a informação necessária e pertinente para a contabilização de documentos, exemplos disso são: a taxa utilizada nas faturas não vem descrita no ficheiro EDI (se é a iva a 6% ou a 23%) e as faturas dos seguros ou de licenciamentos, que numa fatura normal vem descrito o período a que abrange o serviço, em formato EDI não é possível observar estes dados, sendo obrigatório requisitar a Fatura em formato PDF em ambos estes casos.

	Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	Algo a ser melhorado seria: o Estado ter de fazer um investimento na educação das pequenas empresas para adotarem o mecanismo de faturação eletrónica, e não encarregar essa função às empresas da AP que já utilizam. Por outro lado, tem de haver uma maior sensibilidade das empresas de pequena dimensão para de facto fazerem um esforço para aderirem a esse mecanismo.
	Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal	A empresa ainda passa por um processo bastante manual desde descarregar os ficheiros da ESPAP e transferir para o Primavera, sendo isto um aspeto a melhorar na ótica da entrevistada.
	Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa	Para Cláudia Sá, os aspetos de melhoria são os mesmos mencionados nas desvantagens do sistema.
Vantagens da Faturação Eletrónica	Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	Não sendo o espectável para a empresa até à data uma vez que o mecanismo não está completo, os maiores benefícios à partida são: a redução de tempo e a simplificação dos processos de contabilização. Outro benefício é o facto de haver uma maior sistematização da informação disponível na plataforma.

		<p>Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal</p>	<p>A Plataforma de faturação Eletrónica, a ESPAP, é de fácil gestão, rápido e apelativo a nível visual. Este também tem a funcionalidade de nos casos de incongruências da fatura, a solicitação de uma nota de crédito para corrigir a mesma de forma mais fácil e de maior rapidez. Para além disso é nítido a melhoria na simplicidade e velocidade do trabalho.</p>
		<p>Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa</p>	<p>A faturação Eletrónica para além de tornar todo o processo de faturação mais simples, este veio a trazer uma melhoria significativa no tempo de envio e distribuição dos documentos, a anulação do problema do extravio das mesmas seja nos correios, seja a nível interno dentro das organizações de grande dimensão assim como o arquivo desses documentos, que ao fim de algum tempo começa a necessitar de salas e armazéns apenas específicos só para o “arquivo morto”. Outro grande benefício e no ponto de vista do fornecedor, se a fatura vem mais cedo e é tratada mais rapidamente, a mesma será também paga mais rapidamente, até mesmo no processo de devolução da fatura e criação de uma nota de crédito, o processo é mais rápido e automático. É de mencionar também no ponto de vista social a diminuição da fatura em papel, vem melhorar o meio ambiente.</p>
		<p>Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal</p>	<p>O mecanismo é recomendado pela entrevistada, mas, no entanto, a mesma acha que será muito difícil as empresas aderirem tão rapidamente como é desejável.</p>
		<p>Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal</p>	<p>Este mecanismo é recomendado se houvesse uma solução de faturação Eletrónica comum para todas as entidades.</p>

	Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa	Este mecanismo é recomendado pois o número de empresas a utilizar este mecanismo ainda é bastante reduzido, e com maior adesão de outras empresas, este investimento começa a dar frutos.
Opiniões pessoais	Carla Rosário - Chefe de Divisão do Instituto Politécnico de Setúbal	O Estado, ou entidades responsáveis, têm de fazer um maior esforço e ter maior responsabilidade para meter o mecanismo a funcionar uniformemente entre todas as empresas, essa tarefa não pode ser atribuída às empresas da AP que já têm tido as suas próprias dificuldades a meter os seus próprios sistemas operacionais. Na opinião da entrevistada, a obrigatoriedade é que vai ser o impulsionador da adoção deste mecanismo em todas as empresas em contexto nacional.
	Alexandra Aldeias - Técnica Superior da área de aprovisionamento do Instituto politécnico de Setúbal	Alexandra acha que este processo está atualmente pouco preparado para se tornar obrigatório, uma vez que há diversas empresas que, por exemplo, ainda usam a fatura manual e estes por vezes nem têm um sistema informático que permita a utilização da faturação eletrónica. No entanto a entrevistada acha que temos de começar por algum lado e valoriza o Estado por tentar sensibilizar as grandes empresas.
	Cláudia Sá - Coordenadora da Unidade de Contabilidade e Tesouraria da Universidade Nova de Lisboa	Para Cláudia de os problemas referidos anteriormente por ela forem referidos por mais empresas, a correção dos mesmos será tratada mais atempadamente, mas para isso são necessárias as empresas aderirem a este mecanismo.

Anexo H

Tabelas de análise de conteúdo das entrevistas do Setor Privado

Categories	Subcategorias	Entrevistado	Unidade de Registo
Implementação e utilização da Faturação Eletrónica	Faturação eletrónica na empresa	João Pequito - Diretor Geral da PSE	É um mecanismo de envio de faturas via EDI, através da plataforma YET, para empresas Pública que já têm esse mecanismo de receção operacional.
		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	É um documento digital mais fidedigno que substitui a fatura em PDF, é o meio de transação de faturas com entidades publicas utilizando o parceiro YET (plataforma de faturação Eletrónica) como intermediário.
		João Pequito - Diretor Geral da PSE	A administração publica tem um peso muito grande nas vendas da empresa logo, todas as suas vendas à mesma requerem o sistema de Faturação Eletrónica.
		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	A empresa utiliza a faturação eletrónica via EDI nas transações com a AP (que tem um peso grande nas suas vendas) a partir do momento que se começou a falar da obrigatoriedade da mesma, as restantes vendas a clientes do setor privado ainda é feito via PDF com assinatura digital.
	Processo de implementação	João Pequito - Diretor Geral da PSE	Foi um processo muito simples devido à instituição que implementou este mecanismo, inicialmente houve bastante incerteza em qual fornecedor escolher para implementar este mecanismo, mas optou-se por seguir o contrato com atual sistema ERP (Primavera) que tinha ligação direta com a YET.
		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	Tem sido um processo gradual, depende da adoção dos clientes para o novo sistema, pois muitas empresas, inclusive, publicas a quem faturam, ainda não têm o sistema de faturação eletrónica operacional.

		<p>João Pequito - Diretor Geral da PSE</p>	<p>A implementação deste sistema, que teve a intervenção do suporte técnico da empresa implementadora e o técnico de informática da PSE, teve uma duração de uma semana (iniciado em 2020), no entanto, é um processo “on-going” uma vez que cada vez que surge um cliente com o sistema de Faturação Eletrónico operacional, é necessário fazer modificações ao atual sistema da empresa. O custo de implementação inicial, para a PSE, é considerado baixo, no entanto a necessidade de comprar pacotes de transações eletrónicas, e acaba por ficar um custo elevado para a empresa.</p>
		<p>Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL</p>	<p>A implementação deste sistema iniciou-se em novembro de 2020 e até estar completamente funcional, sem quaisquer erros, teve uma duração aproximada de um ano, sendo a YET com a ajuda da assistente administrativa financeira da empresa que meteram o sistema 100% operacional. O custo inicial deste sistema em 2020 foi de mil euros e a manutenção baseia-se no pagamento de cerca de trezentos euros trimestrais onde estão incluídos as licenças digitais e os packs de transações EDI, que são cerca de cem transações por mês, no caso de ultrapassar esse valor de transações, é obrigatório adquirir outro pack de transações. Não foi necessário fazer um investimento no software da empresa e no ERP uma vez que essas atualizações já se encontravam incluídas na avença do Primavera.</p>
		<p>João Pequito - Diretor Geral da PSE</p>	<p>A nível de recursos da empresa, não houve nenhuma alteração do que havia antes da faturação eletrónica, a única diferença é criação de uma nova tarefa para o pessoal informático para configurar os novos fornecedores.</p>
		<p>Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL</p>	<p>Para a empresa, para além dos custos iniciais, foi necessário uma formação específica para a assistente administrativa financeira da empresa, e a mesma é a responsável pela utilização do sistema.</p>

		João Pequito - Diretor Geral da PSE	As etapas para o sistema de Faturação Eletrónica ficar operacional foram: A preparação dos Sistemas atuais para poderem faturar eletronicamente e foi feito um processo de recolha de dados das organizações que já tinham o mecanismo de faturação para preparar as configurações no próprio sistema.
		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	O processo para poder faturar eletronicamente parte do estabelecimento de um contacto com o novo cliente a quem se irá faturar bens, onde se procura tirar informações desde qual o parceiro de faturação eletrónica e se este já tem ligação EDI. Posteriormente essa informação é transmitida à YET em parceria com o sistema Primavera (atual ERP da empresa) vai indicar quais as configurações necessárias a fazer na criação deste cliente novo, e porventura estar operacional para facturamento. Um pormenor importante é no processo de faturação o código do artigo do bem vendido tem de ser comum ao código do artigo do cliente, para facilitar os dados EDI no momento do rececionamento da fatura na empresa cliente, e isto difere de cliente para cliente, e tudo precisa de ser configurado.
Impactos da Faturação eletrónica	Desvantagens da Faturação Eletrónica	João Pequito - Diretor Geral da PSE	Uma das maiores dificuldades com a Faturação Eletrónica é o facto de ser um mecanismo bastante recente e devido a vários adiamentos na obrigatoriedade da mesma, muitas empresas que assumiam ter o sistema operacional para receber as Faturas via eletronicamente, no entanto algumas não estavam de todo aptas para as receber e o sistema, da PSE, assume que foram entregues, mas há sempre uma incerteza e uma necessidade de ir confirmar com as entidades em questão. Isto implica uma dificuldade na hora da cobrança uma vez que as empresas podem não ter recebido a Fatura.
		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	A maior dificuldade deste sistema de faturação eletrónico à partida foi a alteração de mentalidade e de processos de faturação quer a nível interno como a nível externo, especialmente a nível externo noutras empresas.

	João Pequito - Diretor Geral da PSE	Os aspetos a melhorar neste mecanismo a nível interno é nulo, a única coisa desejável de se melhorar seria das empresas externas, a quem eles emitem faturas, consigam se fixar num fornecedor de faturação eletrónica e que não mudem, pois isso requer fazer uma alteração em todas as configurações já existentes, e isso requer mais custos para a empresa.
	Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	Um aspeto a ser melhorado, ou sugestão de melhoria, seria a criação de uma plataforma universal para todos os sistemas de faturação eletrónica, onde fosse possível retirar todas as informações dos parceiros de faturação eletrónica dos clientes para ser mais fácil a criação desses mesmos clientes. Para evitar que haja a necessidade de contacto direto com o cliente para estas questões de configurações técnicas
Vantagens da Faturação Eletrónica	João Pequito - Diretor Geral da PSE	O maior benefício da faturação Eletrónica é o facto de a mesma chegar mais atempadamente ao destinatário, não tendo a intervenção de correios, e o processo de cobrança é feito mais rapidamente
	Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	A plataforma YET tem sido extremamente prestável na opinião da entrevistada no que toca a esclarecimento de dúvidas, por mais insignificantes que sejam, e de suporte técnico. Houve de facto uma redução substancial nos custos de impressão e de envio por correio das faturas. Para não falar da melhoria na pegada ecológica. O Processo de facturamento se torna muito mais simples e direto, desde que esteja tudo bem parametrizado.
	João Pequito - Diretor Geral da PSE	Este mecanismo é recomendado por parte do Entrevistado desde que o mesmo esteja estabilizado e seja uniforme entre todas as entidades.

		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	Este mecanismo é recomendado por parte da entrevistada, devido a todos os benefícios que o mesmo traz à empresa e apesar das dificuldades, a plataforma de faturação eletrónica utilizada tem feito um apoio notável a atender todas as questões.
	Opiniões pessoais	João Pequito - Diretor Geral da PSE	O entrevistado apesar de achar que este mecanismo tem as suas vantagens e desvantagens, este é um grande negócio para as empresas que implementam a faturação Eletrónica, porque apesar da redução dos custos por exemplo de envio das faturas por correio, agora tem se os custos por transações.
		Ana Vitorino - Administradora/Diretora Financeira da MICROMIL	A entrevistada não olha para este mecanismo como uma obrigação, mas sim como uma responsabilidade que todas as empresas deveriam de ter para uniformizar e tornar mais dinâmico o mercado no ponto de vista do facturamento. No que depender da entrevistada, ela irá ajudar todos os seus clientes e fornecedores para tornar este mecanismo 100% funcional e viável.